



TJPE
Tribunal de Justiça
de Pernambuco





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2012/2013**



TRIBUNAL PLENO

Jones Figueirêdo Alves
José Fernandes de Lemos
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
Jovaldo Nunes Gomes
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Frederico Ricardo de Almeida Neves
Eduardo Augusto Paurá Peres
Leopoldo de Arruda Raposo
Alderita Ramos de Oliveira
Marco Antônio Cabral Maggi
Roberto Ferreira Lins

Adalberto de Oliveira Melo
Antônio Fernando Araújo Martins
Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Alberto Nogueira Virgínio
Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Antônio de Melo e Lima
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Antenor Cardoso Soares Júnior

José Carlos Patriota Malta
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Eurico de Barros Correia Filho
Mauro Alencar de Barros
Fausto de Castro Campos
Francisco Manoel Tenório dos Santos
Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Antônio Carlos Alves da Silva
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
José Ivo de Paula Guimarães

Josué Antônio Fonseca de Sena
Agenor Ferreira de Lima Filho
Itabira de Brito Filho
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Roberto da Silva Maia
Jorge Américo Pereira de Lira
Erik de Sousa Dantas Simões
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
André Oliveira da Silva Guimarães
Odilon de Oliveira Neto
Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Itamar Pereira da Silva Júnior

EQUIPE ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Des. Jovaldo Nunes Gomes

VICE-PRESIDENTE

Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

Dr. Carlos Humberto Inojosa Galindo

Dr. Carlos Frederico Gonçalves Moraes

Dr. André Oliveira Silva Guimarães

CHEFE DA ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Silas da Costa Silva

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Zenaide Barbosa Oliveira

CHEFE DA ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

Cel. Chusa Ferreira Silva júnior

CONSULTORA JURÍDICA

Aucileny Maria Santos

CHEFE DA CONTROLADORIA

Wladimir Alves Gomes

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E ORÇAMENTO

Franck Bezerra Bernardo Vieira

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO ESTRATÉGICA
Paulo Emílio Tavares Pessoa de Melo

ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Frederico Alberto Leite Schondorfer

DIRETOR DO FORO DE RECIFE
Dr. João Alberto Magalhães Siqueira

COORDENADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Ailton Alfredo de Souza

COORDENADOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

COORDENADOR GERAL DAS CENTRAIS
DECONCILIAÇÃO MED. ARBITRAGEM
Des. Leopoldo de Arruda Raposo

COORDENADOR GERAL DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO
Dr. Paulo Roberto de Souza Brandão

OUVIDOR JUDICIÁRIO
Des. Eurico Barros

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
Des. Jones Figueirêdo Alves

DIRETOR GERAL
Leovegildo Lopes da Mota

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Carlos Gonçalves da Silva

DIRETORA CÍVEL
Lúcia Helena de Araruna de Aquino

DIRETOR CRIMINAL
Marcos Beltrão Pereira Neto

DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA
Maria José Alves

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS
Oscar Édson Gomes de Barros

DIRETORA DE GESTÃO FUNCIONAL
Solange de Castro Sales da Cunha

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
Luis Eduardo Saraiva Câmara

DIRETOR DE SAÚDE
Patricia Rios Pinto Silva Rego

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
João Batista Souza Farias

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/OSE
Laís Vieira Belo Xavier

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/OSE
Laís Vieira Belo Xavier

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/BCE
Gabriel Ferreira Nippo

DIRETOR FINANCEIRO
Francisco José Freitas Abreu Santos

DIRETORA DE CONTABILIDADE
Carleide Maria Bezerra

DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
Maria José Marinho Batista

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA
Henio Domingos Siqueira Santos

SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO
Norma de Miranda Lyra

DIRETORA DE SISTEMAS
Iveruska Carmen Jatoba Bastos Arteiro

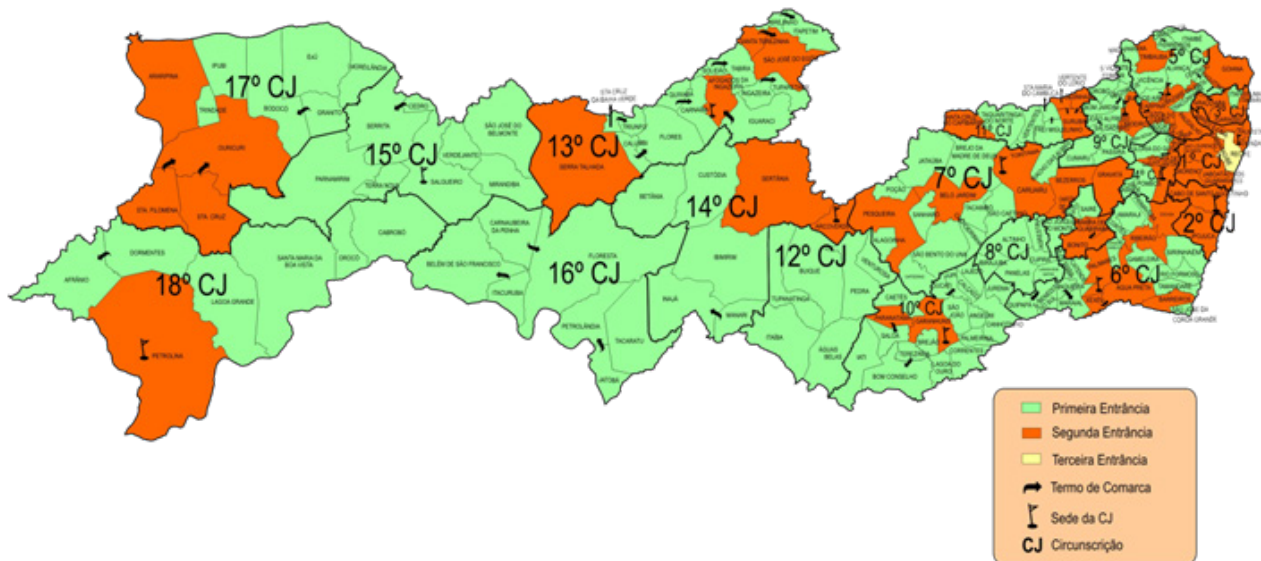
DIRETOR DE OPERAÇÕES DE TIC
Mauricio Brainer Junior

DIRETORA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE TIC
Mirtys Arruda de Sá

LISTA DAS SIGLAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

DIVISÃO JUDICIÁRIA

DIVISÃO DE ENTRÂNCIAS DO PODER JUDICIÁRIO



PALAVRA DO PRESIDENTE



Desembargador Jovaldo Nunes Gomes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Acredito que concluí o que planejei para a minha gestão. Entendo que a Justiça é feita para atender os cidadãos, principalmente, aqueles mais carentes, que dependem do Judiciário para defender os seus direitos. Para isso, era necessária uma estrutura física e de pessoal que garantisse uma prestação de serviço com qualidade. Então, esse foi o meu maior desafio.

Sonhei que dotava todas as unidades judiciárias com um número de servidores suficiente para que a máquina fluísse com mais celeridade. Nesse item, acho que nós avançamos com a criação de 1.019 cargos de servidores, os quais foram todos preenchidos mediante concurso. Assim, considero esse sonho realizado. No tocante a juiz, os concursos são difíceis e o número de aprovados é pequeno. Apesar disso, 34 novos magistrados do concurso anterior fo-

ram nomeados e entraram em exercício nessa gestão e temos outro concurso terminando, o que nos permitirá reduzir a carência que é grande no nosso quadro de magistrados do Estado. Também houve avanços no número de desembargadores. Nessa gestão, ampliamos o 2º Grau, elevando de 39 para 46 o número de desembargadores. Com eles, foram criadas duas Câmaras de Direito Público no Estado.

Em sintonia com isso, também buscamos melhorar a estrutura física para atendimento dos cidadãos e proporcionar condições de trabalho mais adequadas a juizes e servidores. Assim, entregamos quatro novos fóruns durante essa gestão e deixamos outros prédios já em processo de construção. E para agilizar a prestação jurisdicional, ainda instalamos 48 novas unidades judiciárias no Estado. Entre elas, cinco varas de Violência Doméstica e Familiar con-

tra a Mulher, um compromisso que assumimos com a sociedade.

Para que esses projetos fossem levados à frente, contei com o apoio irrestrito dos meus pares. A harmonia reinante no Judiciário pernambucano durante toda essa gestão com certeza foi um diferencial para que obtivéssemos sucesso em grande parte dos nossos projetos.

O ano de 2013 foi marcante em diversos aspectos, mas principal-

Entendo que a Justiça é feita para atender os cidadãos, principalmente, aqueles mais carentes, que dependem do Judiciário para defender os seus direitos.

mente por conseguirmos elevar substancialmente o número de processos solucionados arquivados definitivamente. De uma média de 430 mil processos arquivados por ano, passamos a 723 mil ações arquivadas, reduzindo consideravelmente nossa taxa de congestionamento, uma meta que estabelecemos. Esse resultado não seria possível sem o esforço dos integrantes do TJPE: servidores, juizes e desembargadores, que compreenderam a importância desse esforço. O trabalho em conjunto com a Corregedoria Geral de Justiça é outro aspecto que merece ser destacado.

Também levantamos, nessa gestão, as bandeiras do combate ao crime doloso contra a vida e à corrupção. Com muita energia, realizamos mais de 3.700 júris durante esse dois anos, evoluindo no cumprimento da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp/

CNJ).

Já no que se refere à Meta 18 do CNJ, que trata do julgamento de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, chegamos ao 6º lugar entre os tribunais estaduais que mais julgaram ações desse tipo.

O Processo Judicial Eletrônico avançou no Estado. Implantamos no final de 2013 nas Varas de Execuções Fiscais da Capital, nas quais tramita cerca de metade de todos os processos que integram o acervo do Tribunal. Um ganho em tempo inestimável.

Assumir a Presidência do Tribunal, apesar do curto período, foi lisonjeador e eu não me arrependo de nada, faria a mesma coisa. A gestão pública pode ser muito difícil, mas é uma experiência gratificante. Agradeço a todos os que me ajudaram na realização desse trabalho.







Apresentação

O Poder Judiciário do Estado de Pernambuco apresenta os resultados alcançados de gestão no período de 2012/2013, sob a Presidência do Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, que tem como principal marco a consolidação do processo de planejamento estratégico. Inicialmente, foram realizados encontros com os gestores, onde foram mapeadas todas as demandas emergenciais do Tribunal. Para atender essas demandas, instituiu-se o Plano de Ação Imediata - PAI, com o objetivo de realizar a gestão através de reuniões mensais. Também foi iniciado o processo de consolidação do Plano Operacional - PO, para abrigar as iniciativas estratégicas e metas.

Outra rotina instituída foram as Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAEs.

O relatório de gestão sinaliza que estamos viabilizando a estratégia definida através dos resultados obtidos, que foram fruto da dedicação e esforço dos magistrados e servidores e confirmam que estamos em sintonia com a a missão do Poder Judiciário, que é: “Fazer justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.”

SUMÁRIO



Planejamento Estratégico	19
--------------------------	----

Mapa Estratégico	20
------------------	----

Missão, Visão e Valores	24
-------------------------	----

Metodologia de Avaliação	29
--------------------------	----

Infográfico	30
Destaques	32
Sociedade	21
Processos Internos	43
Recursos	73
Metas Nacionais 2012 e 2013	108
Recomendações à Gestão Estratégica	114
Considerações Finais	116

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico viabiliza que se estabeleça o melhor caminho a ser seguido. É uma ferramenta de gestão que orienta a organização. Nenhum Plano é estático, ele pode e deve ser revisado continuamente, corrigindo os desvios em relação ao que foi planejado e direcionando-o da melhor maneira possível. Para que o Planejamento Estratégico tenha êxito, é imprescindível a participação de todos que fazem parte da instituição, através de oficinas, encontros, reuniões e debates, tantos os que forem necessários.

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico é a representação visual de todo o Plano Estratégico de uma instituição. Nele, consegue-se visualizar os temas que contêm os objetivos na perspectiva da Missão, Visão e Valores.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Mapa Estratégico

Visão

Em 2019, ter uma taxa de congestionamento entre as dez menores da Justiça Estadual. Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos jurisdicionais e reconhecido pela sociedade

Atributos de Valor para a Sociedade

CELERIDADE

O reconhecimento da sociedade é resultante da prestação de um serviço jurisdicional em tempo razoável e compreendido com os ideais de Justiça.

MODERNIDADE

A utilização de novas tecnologias e a capacitação de servidores e magistrados para sua adequada utilização são meios para alcançar excelência na prestação dos serviços jurisdicionais.

ACESSIBILIDADE

A Justiça a serviço de todos, atendendo às diferentes formas de exercício da cidadania, possibilita a construção de uma sociedade mais justa e contribui para a paz social.

TRANSPARÊNCIA

A prestação de contas sobre as ações realizadas pela Justiça é fundamental para aproximar o Poder Judiciário da sociedade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O cuidado com os colaboradores internos aliado a ações que alcancem as diferentes realidades sociais e que promovam o respeito ao ambiente são fundamentais para a construção de uma Justiça mais responsável.

IMPARCIALIDADE

"Toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para determinação de seus direitos e obrigações ou para exame de qualquer acusação contra ela em matéria penal."

(Declaração dos Direitos Universais do Homem)

ÉTICA

Uma Justiça dirigida por valores legais e morais concretiza-se na prestação jurisdicional mais comprometida com as demandas nascidas da sociedade.

PROBIDADE

A probidade deve ser pilar fundamental nas ações de todos aqueles que buscam na Justiça um porto de retidão e imparcialidade.

Sociedade

Missão

Fazer Justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.

Processos Internos

Eficiência Operacional

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

- Tecnologia
- Alocação de Pessoas
- Otimização de Rotinas

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

- Economicidade
- Gestão Ambiental

Acesso ao Sistema de Justiça

Facilitar o acesso à Justiça

- Capilaridade
- Democratização do Acesso

Promover a efetividade no cumprimento das decisões

- Execução das Decisões

Responsabilidade Social

Promover a cidadania

- Inclusão Social e Desenvolvimento
- Conscientização de Direitos, Deveres e Valores

Alinhamento e Integração

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

- Continuidade das Ações
- Desdobramento da Estratégia

Fomentar a interação e a troca de experiência entre Tribunais (nacional e internacional)

- Conhecimentos e Práticas Jurídicas Administrativas

Atuação Institucional

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições

- Prevenção de Litígios Judiciais
- Parcerias/Convênios
- Solução Coletiva de Demandas

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

- Unidades do Judiciário
- Universidades
- Organizações

Aprimorar a comunicação com públicos externos

- Papel e Iniciativas do Judiciário
- Informações Processuais e Administrativas
- Transparência e Linguagem Clara

Recursos

Gestão de Pessoas

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores

- Gestão e Execução da Estratégia
- Gestão Administrativa
- Gestão de Projetos

Comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia

- Comunicação Interna
- Cultura orientada a Resultados
- Qualidade de Vida/Clima Org.

Estabelecer políticas de valorização de magistrados e servidores

- Reconhecimento da Criatividade e Proatividade

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

- Segurança Física Institucional
- Segurança das Pessoas

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

- Suporte à Estratégia
- Segurança da Informação

Orçamento e Finanças

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia

**PERSPECTIVA ESTRATÉGICA
SOCIEDADE**

MISSÃO

Fazer justiça de forma célere, acessível e efetiva, no âmbito estadual, contribuindo para a pacificação social.



An aerial photograph of a city skyline, likely São Paulo, Brazil, viewed from across a body of water. The city features a mix of modern high-rise buildings and older, lower-rise structures. A prominent white building with a red roof and a dome is visible in the center. The sky is overcast with grey clouds. The word "VISÃO" is overlaid in large white letters on the right side of the image.

VISÃO

Em 2019, ter uma taxa de congestionamento entre as dez menores da justiça estadual. Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos jurisdicionais e reconhecido pela sociedade.

VALORES

CELERIDADE

O reconhecimento da sociedade é resultante da prestação serviço jurisdicional em tempo razoável e comprometido com os ideais de justiça.

MODERNIDADE

A justiça a serviço de todos, atendendo às diferentes formas de exercício da cidadania, possibilita a construção de uma sociedade mais justa e contribui para a paz social.

ACESSIBILIDADE

A utilização de novas tecnologias e a capacitação de servidores e magistrados para sua adequada utilização são meios para alcançar excelência na prestação de serviços jurisdicionais

TRANSPARÊNCIA

A prestação de contas sobre as ações realizadas pela justiça é fundamental para aproximar o Poder Judiciário da sociedade.

ÉTICA

Uma justiça dirigida por valores legais e morais concretiza-se na prestação jurisdicional mais compromissada com as demandas nascidas da sociedade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O cuidado com os colaboradores internos aliado a ações que alcancem as diferentes realidades sociais e que promovam o respeito ao ambiente são fundamentais para a construção de uma justiça mais responsável.

IMPARCIALIDADE

“Toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para determinação de seus direitos e obrigações ou para exame de qualquer acusação contra ela em matéria penal.” (Declaração dos Direitos Universais do Homem)

PROBIDADE

A probidade deve ser pilar fundamental nas ações de todos aqueles que buscam na justiça um ponto de retidão e imparcialidade.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O Plano Estratégico é o veículo que abriga o Mapa Estratégico/Temas/Objetivos; Indicadores/ Metas e Portfólios de iniciativas em determinado período de tempo para que se alcance um futuro desejado.

A execução do Plano Estratégico se materializa no Plano Operacional de cada exercício e respectivo Orçamento, contendo os segmentos de tempo de cada iniciativa prevista para o período. Para cada gestão com horizonte de dois anos, são reanalisados os projetos estratégicos em curso e selecionados os novos contidos no portfólio ou não que iniciarão sua execução e as ações necessárias para viabilizar o que foi planejado em realidade.

A avaliação da gestão, sob a ótica do Plano Estra-

tégico, pauta-se por essa lógica. Hoje temos as conexões dos projetos e ações desenvolvidas, na sequência, as metas e, em seguida, os objetivos.

A evolução da gestão do Plano Operacional permite que o Plano Estratégico seja avaliado de forma quantitativa e qualitativa, correlacionando as atividades que contribuem para o alcance dos resultados institucionais, tendo por base a essência do Balanced Scorecard, metodologia de planejamento estratégico, elaborada pelos professores Robert Kaplan e David Norton.

INFOGRÁFICO

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

I) Quadro comparativo da quantidade de processos distribuídos, julgados e arquivados/baixados definitivamente, no 1º Grau, nos anos de 2012 e 2013, considerando-se todas as classes processuais e não apenas aquelas computadas na taxa de congestionamento.

ANO	2012	2013
Distribuídos 1º Grau	524.104	441.435
Julgados 1º Grau	324.908	501.593
Arquivados/baixados definitivamente 1º Grau	427.353	831.408

II) Quadro comparativo da quantidade de processos distribuídos e arquivados/baixados definitivamente, no 1º Grau, nos anos de 2012 e 2013, considerando-se apenas as classes que são computadas na taxa de congestionamento.

ANO	2012	2013
Distribuídos 1º Grau	384.922	313.407
Arquivados/baixados definitivamente 1º Grau	327.099	569.496

III) Quadro comparativo da quantidade total de processos distribuídos e arquivados/baixados definitivamente e ainda do percentual anual da taxa de congestionamento, somando-se os quantitativos do 1º Grau, 2º Grau, Juizados e Turmas Recursais, nos anos de 2012 e 2013, consideradas apenas as classes que são computadas na taxa de congestionamento.

ANO	2012	2013
Distribuídos	557.297	482.239
Arquivados/baixados definitivamente	459.746	723.116
Taxa de Congestionamento	82,64%	72,09%

QUADRO DE PESSOAL

MAGISTRADOS

TRIBUNAL - MAGISTRADOS



2º GRAU - MAGISTRADOS



1º GRAU - MAGISTRADOS



TURMA RECURSAL - MAGISTRADOS



JUIZADO - MAGISTRADOS



SERVIDORES

SERVIDORES EFETIVOS



SERVIDORES CEDIDOS



SERVIDORES SEM VÍNCULO



FORÇA DE TRABALHO AUXILIAR



PESSOAL REQUISITADO



TOTAL DE SERVIDORES



DESTAQUES

Grupo de Trabalho de Copa das Confederações – GTCC e ações futuras para a Copa do Mundo

Diante dos grandes eventos desportivos sediados pelo Brasil e organizados pela FIFA, Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, foi necessário um trabalho articulado para uma prestação do serviço jurisdicional eficiente e eficaz nas praças desportivas e em seu entorno nos dias de jogos, bem como para garantir o princípio da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente.

O Judiciário pernambucano instituiu, no ano de 2012, um Comitê Gestor para gerenciar as ações desenvolvidas direcionadas à Copa das Confederações e Copa do Mundo 2014.

Doze setores estratégicos do Tri-



bunal foram indicados a participar deste comitê, os quais foram: Coordenadoria da Infância e Juventude, Varas da Infância e Juventude, Varas de Crime Contra Criança e Adolescente da Capital, Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo, Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor - JETEP, 2ª Vara Cível da Comarca de São Lourenço da Mata, Diretoria Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica e Orçamento, Assistência Policial Militar e Civil, Assessoria de Comunicação Social Ouvidoria Geral e Corregedoria Geral da Justiça.

Com o propósito de elaborar e executar o Plano de Ação do Tribunal de Justiça de Pernambuco e no sentido de agilizar e dar mais operacionalidade às tarefas de preparação e organização da estrutura física e de atendimento, bem como da forma-

ção da equipe técnico-operacional para atuar nos postos avançados dos plantões especiais, foi constituído o Grupo de Trabalho da Copa das Confederações FIFA-2013 (GTCC), através da Portaria n. 06/2013 da Presidência do TJPE.

Assim sendo, foram criadas a Equipe de Planejamento e a Equipe Técnico-Operacional, sendo aquela responsável em formular o Plano de Ação para a Copa das Confederações, definindo os objetivos, as metas e indicadores a serem almejados; realizar o diagnóstico das demandas técnicas e estruturais para os plantões e indicadores a serem almejados; realizar o diagnóstico das demandas técnicas e estruturais para os plantões judiciais em dias de jogos; acompanhar e supervisionar a execução do Plano de Ação, dentre outras competências. A equipe técnico-operacional fi-

cou incumbida de participar das atividades preparatórias ao exercício interventivo, à participação nos plantões especiais e à participação nos processos avaliativos de suas respectivas atividades.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, no dia 12 de novembro de 2013, homenageou os envolvidos na preparação e execução dos trabalhos do poder judiciário pernambucano na Copa das Confederações da FIFA

Ao término das ações, após a devida avaliação por parte do GTCC e elaboração do Relatório Final, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, no dia 12 de novembro de 2013, homenageou os envolvidos na preparação e execução dos trabalhos do Poder Judiciário pernambucano na Copa das Confederações da FIFA 2013. Ao todo, foram agraciados aproximadamente 150 pessoas com diploma e medalha de honra ao mérito.

Nesse mesmo dia, o presidente do TJPE, Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, assinou a Portaria N. 47/2013 do TJPE, que constitui o Grupo de Trabalho para a elaboração e execução do Plano de Ação do TJPE para a Copa do Mundo da FIFA 2014 - GTCM. Essa Portaria apresenta como diferencial a constituição de outra frente de trabalho, que é a Equipe Operacional de Apoio ao Planejamento, que será composta por seis setores do TJPE, entre eles a Coordenadoria da Infância e Juventude.



1º Encontro de Planejamento dos Tribunais Estaduais do Nordeste

O Tribunal de Justiça de Pernambuco promoveu em 2013 o 1º Encontro de Planejamento dos Tribunais Estaduais - Missão Recife. O evento contou com a participação de 30 magistrados e servidores, que representaram os Tribunais de Justiça da Região Nordeste. Os participantes discutiram e compartilharam práticas adotadas em seus Estados,

com o intuito de aprimorar a gestão das outras representações judiciárias.

O principal objetivo do encontro foi o aprimoramento do Planejamento e da Gestão Estratégica, mediante a apresentação de diversos temas, seguidos por debates que apresentaram as experiências, dificuldades e iniciativas bem

sucedidas dos tribunais participantes. Os temas apresentados e discutidos foram: a “Base de Dados do Sistema de Acompanhamento dos Processos Judiciais - Composição e Reflexos na Taxa de Congestionamento” e “Sistema de monitoramento de ações e projetos” (TJPE); “Redução da Taxa de Congestionamento” (TJCE); “Processo de Capacitação de Servidores” e “Magistrados e Quadro Mínimo nas Unidades Judiciárias” (TJSE); e o “Processo de Conciliação Virtual” (TJBA).

Como resultado da reunião, foi elaborado um programa de trabalho em que os representantes dos Tribunais participantes se comprometeram a analisar e discutir a futura implementação das práticas de sucesso em seus tribunais.

PROGRAMA DE TRABALHO	
Assunto	Ações a serem desenvolvidas pelos participantes do Encontro
Petição inicial	Definir um conjunto mínimo de dados ou informações que devam compor a Petição Inicial e que permitam a gestão da unidade judiciária, bem como a estatística (indicadores, metas, variáveis, Justiça em Números, etc.)
Glossário CNJ e Estatística organizacional	Elencar as dificuldades no processo de obtenção dos dados referentes à utilização do glossário CNJ e a estatística organizacional
Processos de execução fiscal	Diagnosticar a situação atual com a apresentação dos problemas e as propostas de solução
Remuneração vinculada ao desempenho	Apresentar as regras adotadas para implementação da remuneração vinculada ao desempenho

TJPE recebe comissão do Conselho Nacional do Ministério Público

Uma comissão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) visitou o TJPE com o objetivo de conhecer de forma mais detalhada as ações desenvolvidas no setor de Orçamento e Finanças do Judiciário estadual.

Segundo o coordenador de Planos e Avaliação do CNMP, Cleiton Amaury Dias, o TJPE foi escolhido para a visita da comissão em virtude da repercussão das boas práticas implementadas pelo setor de Orçamento e Finanças do Judiciário pernambucano. “Precisamos desse intercâmbio entre os órgãos da Justiça que realizam um trabalho eficiente em todo o país para melhorar cada vez mais o nosso trabalho. Já realizamos essa troca de experiências com o Conselho Nacional de Justiça e agora com o TJPE”, afirmou Cleiton.

O TJPE foi escolhido para a visita da comissão em virtude da repercussão das boas práticas implementadas pelo setor de Orçamento e Finanças do Judiciário pernambucano.

Participação do TJPE no Comitê Gestor Nacional

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio do Conselho da Justiça Federal (CJF), realizou, entre os dias 13 e 14 de junho de 2013, o I Encontro de Trabalho para Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. O objetivo do evento - que contou com a participação de mais de 200 representantes dos diversos segmentos de Justiça - foi apresentar plano de trabalho, propor a estrutura e as competências dos comitês e subcomitês de planejamento estratégico,

assim como delinear as principais atividades e políticas de gestão para elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário durante o período entre 2015 e 2019.

Nesse encontro, foi proposta a criação de uma “Rede de Governança Colaborativa”, que sugere a criação de Comitês e Subcomitês nos segmentos de justiça, os quais exerceriam essencialmente a função de elo entre os órgãos superiores e os próprios Tribunais, para facilitar a troca de informações, o incremento

no monitoramento das políticas públicas do Judiciário, com ganhos nos resultados e na qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais.

Após a definição a respeito da formação dos Comitês e Subcomitês, foram escolhidos os tribunais responsáveis pela Coordenação desses grupos, assim, no âmbito da Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça de Rondônia e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foram eleitos como Coordenador e Coordenador Adjunto, respectivamente, do Comi-

tê Gestor da Justiça Estadual.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça instituiu formalmente através da Portaria nº 138 a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Também, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi instituído através da Instrução Normativa nº 06, de 10 de junho de 2013 o Comitê Gestor do Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco ao qual compete realizar o acompanhamento da execução do Plano Estratégico, abrangendo o monitoramento dos Projetos, das Metas e dos Objetivos Estratégicos, bem como o acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário Nacional no âmbito do TJPE e, quando necessário, recomendar medidas necessárias que viabilizem a melhoria do desempenho.

Após a definição a respeito da formação dos Comitês e Subcomitês, foram escolhidos os tribunais responsáveis pela Coordenação desses grupos, assim, no âmbito da Justiça Estadual, o TJRO e o TJPE

Diagnóstico Nacional de Gestão Estratégica 2013

O Tribunal de Justiça de Pernambuco alcançou 78% dos indicadores de nível de maturidade em Gestão Estratégica elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça. Este resultado o colocou em 7º lugar entre os Tribunais de Justiça Estaduais de todo o país.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou em 2013 um Diagnóstico de Gestão Estratégica com todos os órgãos do Judiciário (tribunais e conselhos) no país. Após conclusão da pesquisa divulgou relatório

que apresenta o nível de maturidade dos órgãos do Judiciário em relação à formulação, à implementação, à comunicação e ao monitoramento da estratégia nacional para modernização da Justiça.

Em 2013, os tribunais tiveram cerca de 20 metas nacionais relacionadas ao aumento de produtividade, julgamento de processos antigos e solução prioritária de processos relativos a crimes contra a administração e de ações de improbidade administrativa, entre outros.

Para favorecer o alcance dos resultados, definiu-se um modelo de governança que aborda as seguintes dimensões: Planejamento, Execução, Monitoramento, Capacitação e Tecnologia e Comunicação.

Excelência na Execução Orçamentaria do Tjpe

Em 2012, o TJPE executou 96% do seu Orçamento, tornando-se o Tribunal Estadual com a 3ª melhor execução em comparação aos outros 27 Tribunais Estaduais. Na ocasião, esta tinha sido a melhor execução do TJPE na série histórica 2007-2012.

Apesar de ter alcançado o nível de excelência em execução em 2012, no exercício 2013, o TJPE se superou alcançando 97% de execução de todo o orçamento.

O resultado reflete o nível de profissionalismo no gerenciamento dos recursos deste Poder, e solidifica a importância da Coordenadoria de Planejamento Estratégico (COPLAN) na otimização e racionalização dos recursos do Poder Judiciário. Para atingir o atual patamar de execução, a COPLAN acompanha cada solicitação individualmente e promove reuniões mensais com os gestores para identificar ajustes orçamentários a serem feitos ao longo do exercício. Alguns desses ajustes são feitos entre projetos dentro de uma mesma subação, porém alguns ajustes necessitam de remanejamentos orçamentários e/ou créditos adicionais, que é solicitado junto ao Poder Executivo.

É preciso lembrar que o TJPE possui,

atualmente, duas fontes de despesas (101 - Recursos Ordinários, e 124 - Recursos Próprios), e o gerenciamento eficaz destas fontes de recurso é indispensável para que seja atingido o nível de excelência em execução apresentado nos últimos anos.

O trabalho da COPLAN é complexo, exige acompanhamento diário dos projetos que, no exercício de 2012, foram da ordem de 1.209, alcançando um patamar de 1.240 projetos em 2013, que necessitam de adequações orçamentárias, com o objetivo da otimização dos recursos públicos.

Reuniões de Monitoramento das Ações

A utilização de metodologias e de instrumentos de planejamento e gestão se mostra eficaz quando os gestores de uma organização se preocupam tanto com a elaboração quanto com a mensuração dos resultados planejados.

Com esta finalidade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou importantes instrumentos que permitiram a participação efetiva dos gestores na tomada de decisão e, com isso, contribuíram para a superação de diversos desafios que se apresentavam à gestão.

Um destes instrumentos foi o Programa de Ação Imediata - P.A.I. O programa teve como objetivo a identificação e implantação de ações de curto prazo que promovessem a melhoria das condições de trabalho, da prestação jurisdicional e do clima organizacional da instituição.

Outra ferramenta implantada foi o Plano Operacional - P.O, que teve como objetivo permitir o planejamento e o acompanhamento das atividades do setor administrativo do Poder Judiciário, contemplando as iniciativas estratégicas.

Em decorrência da implantação desses instrumentos e, também, em consonância com o sucesso alcançado pela execução orçamentária, foi implantada pela Coordenadoria de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento a “Semana de Monitoramento do Judiciário”, onde as diretorias e secretarias do Poder Judiciário pernambucano reúnem-se para que seja analisado e avaliado o desempenho na execução de suas ações. Após essa avaliação, as informações são demonstradas em indicadores e apresentadas à Diretoria Geral e à Presidência para que as decisões sejam tomadas.

Também com foco na efetividade da execução das ações, foram implantadas as Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAEs. O objetivo destas reuniões foi criar os processos necessários ao cumprimento das Metas Nacionais e das Recomendações à Gestão Estratégica do Poder Judiciário Nacional, além de propor soluções aos desafios que se apresentavam à gestão.

O resultado de todo este processo foi a execução de 96% das ações previstas no Plano de Ação Imediata, de 70,41% das Metas Nacionais e 87,50% das Recomendações à Gestão Estratégica.



Reuniões do P.A.I. identificam e implantam ações que melhoram condições de trabalho

Unidades Judiciárias supridas com quantitativo de servidores estabelecido na Instrução Normativa nº 06/2012

Com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional e adequar as unidades judiciárias às disposições da Instrução Normativa nº 06/2012, foram empregados 1.143 servidores efetivos no ano de 2013, entre Analistas, Técnicos Judiciários e Oficiais de Justiça, que foram lotados nas Unidades Judiciárias da 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias do Poder Judiciário pernambucano.

A norma, publicada no Diário de Justiça Eletrônico de 11 de setembro de 2012, estabelece diretrizes para lotação de servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado, dispõe sobre a estrutura organizatório-funcional dos Gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, das Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição e dá outras providências.

O instrumento estabelece o quantitativo de servidores para as Unidades Judiciárias de cada Entrância, consignando seis para a 1ª Entrância, sete para a 2ª e nove para a 3ª, entre Analistas e Técnicos Judiciários, além de dois Oficiais de Justiça.

A diretriz foi definida pela Gestão 2012/2014, capitaneada pelo Desembargador Jovaldo Nunes Gomes e viabilizada pela existência de alguns cargos vagos, aos quais foram somados os 1.019 (um mil e dezenove) criados pela Lei Estadual nº 14.684, 31 de maio de 2012.

A criação dos cargos considerou o fato de que o concurso vigente foi regionalizado, com a divisão do Estado em 15 Polos de classificação, a fim de garantir a atuação de servidores em todas as Unidades Judiciárias do Estado.

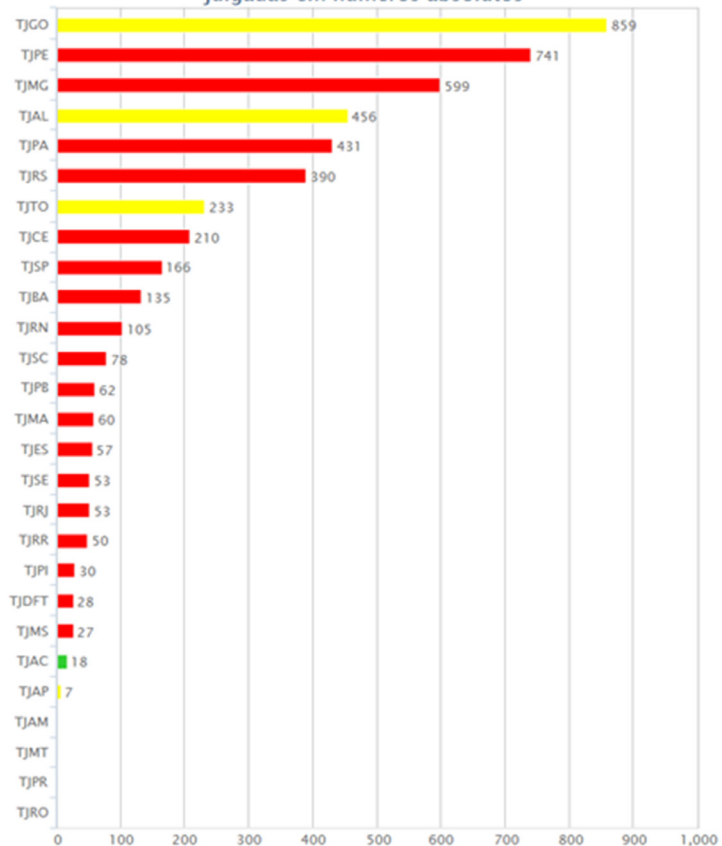
À Secretaria de Gestão de Pessoas foi delegada a competência para suprir todas as Unidades Judiciárias com o quantitativo de servidores efetivos constantes no instrumento normativo. Fruto do esforço conjunto da atual gestão, todas as Unidades Judiciárias do Estado já se encontram com o quantitativo de servidores projetado, com a consequente capacidade para efetivar uma prestação jurisdicional mais célere, qualificada e eficiente.

TJPE é o 2º colocado na Meta 4 da Enasp

Em 2013, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi o 2º Tribunal Estadual do País que mais julgou os processos contra a vida distribuídos até 2009, no ranking nacional da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP). Foram 741 julgamentos realizados até dezembro de 2013. A Meta estabelece que devem ser julgados, até outubro de 2014, todos os processos de crimes dolosos contra a vida distribuídos até dezembro de 2009.

Um conjunto de ações do Tribunal possibilitou a realização, em 2012 e 2013, de mais de 3.700 julgamentos de processos que apuravam a autoria de crimes em que houve a intenção de eliminar a vida humana. Para alcançar esse resultado, foram criados grupos de trabalho compostos por magistrados e servidores especialmente para acelerar a tramitação de ações penais em tramitação no Tribunal do Júri. Essa força tarefa foi responsável pela organização e realização de mutirões de júris populares nas principais comarcas do Estado e também pelo cumprimento de pautas de audiências de instrução e julgamentos que, em muitos casos, exigiram horas-extras de trabalho.

Ranking de ações penais em tramitação
julgadas em números absolutos



PERSPECTIVA ESTRATÉGICA
PROCESSOS INTERNOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Juizados Especiais

Visando colaborar com a missão de contribuir para uma Justiça célere, efetiva e acessível, durante o biênio 2012/2013 deu-se continuidade à centralização das Unidades Judiciárias Cíveis e das Relações de Consumo da Capital no Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, localizado no bairro da Imbiribeira e completou-se, ainda, o processo de instalação do Processo Judicial Eletrônico - PJe, em todas as Unidades Judiciárias Cíveis da Capital, incluindo o 16º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que antes funcionava com Fórum Universitário e foi transferido para a Central dos Juizados Especiais Cíveis.

Foram instaladas novas Unidades Judiciárias: o Juizado Especial Criminal na Comarca de Petrolina,

o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo na Comarca de Gravatá, o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo na Comarca de Santa Cruz do Capibaribe e o 2º Juizado Especial da Fazenda Pública na Capital, todos trabalhando com o sistema PJe, a exceção do JECRIM de Petrolina.

No que concerne aos projetos itinerantes, realizaram-se dois Juizados Especiais Itinerantes por ano, sendo um o Juizado do Folião e outro o Juizado do Forró, os quais totalizaram nesse biênio o recebimento de 144 ocorrências, atuando a equipe de trabalho para realização do maior número possível de conciliação/transação penal.

Destacam-se os dados abaixo:

MUTIRÕES DE ANTECIPAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

	2012	2013	TOTAL
Total de Mutirões	10	11	21
Audiências Designadas	2.314	1.487	3.801
Processos Resolvidos	1.410	833	2.243
Valor dos Acordos	R\$ 1.067.196,42	R\$ 583.723,90	R\$ 1.650.920,32
Pessoas Beneficiadas	Aproximadamente 4.000 pessoas	Aproximadamente 3.000 pessoas	Aproximadamente 7.000 pessoas

JUIZADOS INTINERANTES

	2012	2013	TOTAL
Juizado do Folião	18 ocorrências	22 ocorrências	40 ocorrências
Juizado do Forró	56 ocorrências	48 ocorrências	104 ocorrências

Semana Nacional de Conciliação

A Semana Nacional de Conciliação tem o objetivo de incentivar a cultura da conciliação processual e pré-processual, reduzir o acervo e o tempo médio de duração dos processos, bem como a taxa de congestionamento no Judiciário. Este evento é realizado anualmente, por iniciativa do Conselho nacional de Justiça, e em Pernambuco tem proporcionado excelentes resultados relativos à agilização processual e à efetividade da prestação jurisdicional.



DADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	2012	2013	TOTAL
Audiências Conciliação designadas	9.108	9.424	18.532
Acordos homologados	3.655	2.522	6.177
Valores homologados	R\$ 14.455.546,00	R\$ 9.105.052,89	R\$ 23.560.598,89
Número de pessoas atendidas	16.759	10.179	26.938

Infância e Juventude

O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) é referência nacional por seu pioneirismo, bem como das suas ações, projetos e programas desenvolvidos em prol de crianças e adolescentes. Neste sentido, o TJPE tem empreendido ações na prestação jurisdicional na área da infância e juventude com foco no aprimoramento dos serviços, na padronização dos procedimentos e na sistematização dos conhecimentos. Abaixo seguem as ações e projetos desenvolvidos no período 2012-2013:

- *Depoimento acolhedor*
- *Sei quem sou (digitalização diária de processos de adoção)*
- *Manual de procedimentos cartorários*
- *Manual de Distribuição Processual*
- *Normas para o descarte de documentos da Infância e Juventude - Criação de Tabela de Temporalidade*
- *Estabelecimento de normas e diretrizes para o funcionamento do arquivo da Infância e Juventude*
- *Produção de mapas sobre a Estrutura Judiciária e Rede de Proteção Social*
- *Colaboração para o desenvolvimento do Plano de Enfrentamento à Exploração Sexual, Plano de Defesa ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária e Plano Estadual de Reordenamento do Sistema Socioeducativo*
- *Ações de recepção e preparação de novos magistrados para atuar na área da Infância e Juventude*
- *Orientação, monitoramento e acompanhamento da realização de Audiências Concentradas*
- *Programa Acolher (Programa que garante o direito à convivência familiar e comunitária de crianças em situação de vulnerabilidade psicossocial, buscando evitar práticas de abandono, entrega informal e adoção ilegal de crianças nas Comarcas do Estado de Pernambuco)*
- *Sistematização de oferta de Programa de Preparação para Pretendentes a Adoção*
- *Projeto Conexões*
- *Infância em Rede*
- *III Jornadas Pernambucanas de direitos da Infância e Juventude*
- *Curso: Atuação de Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos na área de Infância e Juventude do TJPE*

Leilão unificado de bens apreendidos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou em 2012 o primeiro leilão unificado de bens penhorados ou apreendidos em processos criminais e cíveis de diversas comarcas do Estado. Foram alienados os bens recolhidos há mais de 12 meses ao depósito judicial mantido pelo próprio Tribunal.

O leilão arrecadou R\$ 374.540,00 com a venda de 101 veículos, sendo 29 carros e 68 motos. O evento reuniu mais de 700 pessoas no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, Recife. O valor arrecadado ficou disponível para o processo judicial referente ao veículo leiloadado, para que o juiz decidisse seu destino.

As regras do leilão foram definidas na Instrução Normativa nº 7, de 13 de outubro de 2011. A alienação dos bens também segue a Recomendação nº 30 do Conselho Nacional de Justiça, bem como o “Manual de Bens Apreendidos”, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça.



Foram alienados os bens recolhidos há mais de 12 meses ao depósito judicial do TJPE

RESULTADOS DO LEILÃO	QTDE
Total de veículos vendidos	101
Valores arrecadados	R\$ 374.540,00

TJPE instala Seção Especializada de Mutirões da Capital

O Tribunal de Justiça de Pernambuco instalou a 1ª Seção Especializada de Mutirões da Capital. A unidade faz parte da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Recife e funciona no Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

A Seção preside e coordena as audiências nos mutirões de conciliação promovidas pelo Comitê Estadual de Conciliação do TJPE. A unidade prioriza causas que remetam ao Seguro Obrigatório de Veículo (DPVAT), dívidas de instituições bancárias e financeiras, consumo de energia elétrica e telefone e dívidas fiscais.

Para criar uma Seção Especializada, o chefe do Judiciário pernambucano, Desembargador Jovaldo Nunes, analisou a necessidade de acelerar a resolução dos processos judiciais.

A instalação de uma seção especializada que tem como o objetivo

promover mutirões também trará ainda mais benefícios para o TJPE, pois gera economia para a instituição, uma vez que otimiza a realização desse tipo de ação, concentrando processos de todas as varas da capital passíveis de conciliação.

Um calendário prévio para a realização dos mutirões é definido anualmente. A construção de um cronograma faz parte do Plano de Ação Imediato do Poder Judiciário.

A unidade tem o apoio das Coordenadorias gerais dos Juizados Especiais e do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos.

O presidente do TJPE destacou a importância de ações como essa para a melhoria da prestação jurisdicional. “É necessário fazer alguma coisa para que as pessoas que precisem do nosso trabalho sejam alcançadas e seu sofrimento seja amenizado.”

A instalação de uma seção especializada que tem como o objetivo promover mutirões também trará ainda mais benefícios para o TJPE, pois gera economia para a instituição, uma vez que otimiza a realização desse tipo de ação, concentrando processos de todas as varas da capital passíveis de conciliação.

TJPE recupera 5.200 processos danificados por enchentes

O Poder Judiciário Pernambucano recuperou 5.200 processos que foram danificados durante as enchentes na cidade de Palmares, Zona da Mata Sul do Estado, em 2010. Realizado sob a coordenação da Diretoria de Documentação Judiciária (Didoc), o trabalho envolveu a recuperação, a preservação e a conservação de processos cíveis e criminais, além de documentos administrativos que se encontravam em meio ao acervo processual, como sentenças, intimações e alvarás. Os processos restaurados estavam esperando a conclusão da construção do novo fórum da cidade, inaugurado em outubro.

As ações de recuperação dos documentos foram realizadas no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O trabalho técnico foi conduzido pelo restaurador e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Eutrópio

Bezerra. Os processos apresentavam um elevado grau de deterioração como colônias de fungos, bactérias, cogumelos, etc, resultantes da ação da água. Na ocasião da entrega do acervo processual recuperado, a Diretoria de Documentação Judiciária do TJPE aproveitou a oportunidade

e realizou o recolhimento de aproximadamente 180 processos históricos da Comarca de Palmares que não foram atingidos pelas enchentes, para o Memorial da Justiça.



Redução de custos

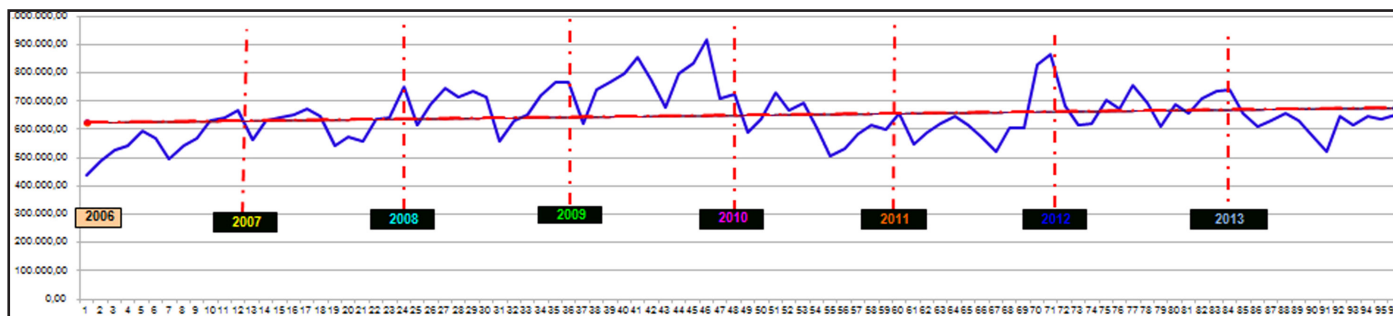
De uma forma geral, a grande preocupação para redução de custos no Tribunal de Justiça de Pernambuco é garantir o funcionamento regular dos serviços, projetando com o passar dos anos um trabalho preventivo e reduzindo as ações corretivas, com vistas ao cumprimento das metas pré-estabelecidas na Gestão de 2012/2013 da Diretoria de Infraestrutura (Diriest). Quanto às atividades desenvolvidas,

destaca-se a realização de campanha pela Diriest com palestras para todos os chefes de Secretaria das comarcas da Região Metropolitana, Capital e Interior, estando presentes mais de 500 servidores, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica e uso eficiente dos serviços postais.

Ainda, foram adotadas medidas visando ao aumento da eficiência energética dos sistemas elétricos

com a elaboração de projetos de engenharia para os novos fóruns e comarcas, buscando, junto a técnicos-consultores, uma concepção de projetos arquitetônicos e projetos complementares (ar-condicionado, isolamento térmico, etc) que aproveitem o máximo das condições climáticas do local.

O Tribunal de Justiça, através do Departamento de Climatização, vem elaborando um plano de substituição



de aparelhos condicionadores de ar de janela por Split com selo de qualidade Procel. Além de abordar questões como o desligamento de aparelhos de ar-condicionado no inverno ou a sua manutenção em potência reduzida ou ainda o seu funcionamento em horários específicos.

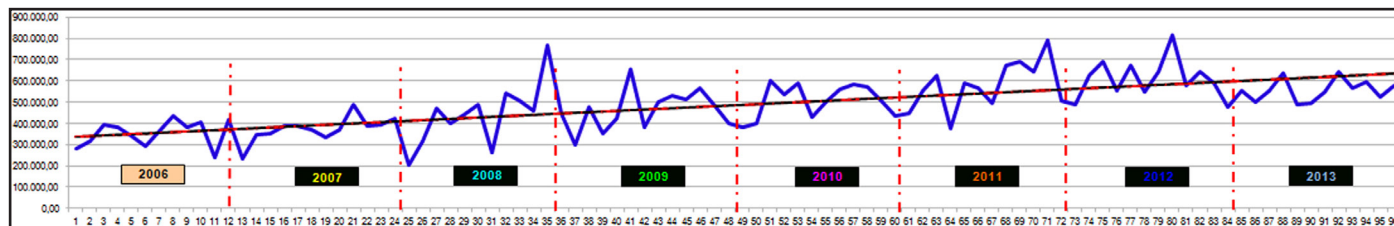
O resultado desta política já está trazendo resultados de economicidade bastante satisfatórios para o TJPE, o que demonstra que mesmo

com a entrega de prédios robustos, tais como Afogados da Ingazeira, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe e o Novo Fórum de Jaboatão dos Guararapes, é certo que a economia de energia assumiu cifras de mais de R\$ 815.000,00 no ano, em termos comparativos voltamos a patamares de 2010.

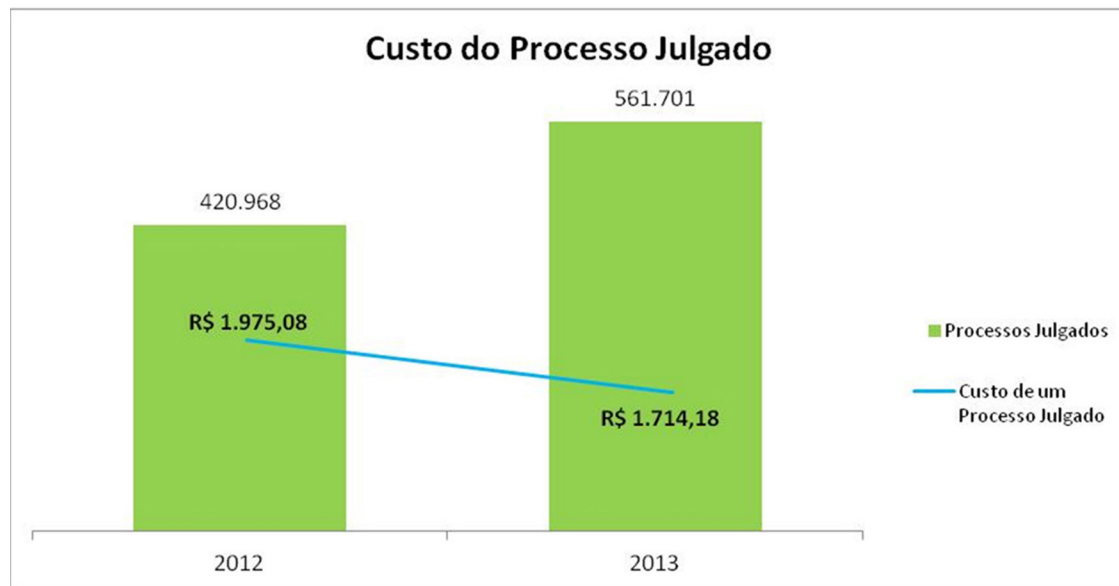
Quanto ao uso de Correios (serviços postais), o trabalho de conscientização do bom uso dos serviços, sejam eles carta simples, registro mais

A.R, SEDEX, PAC, contribuiu para economizarmos valores da ordem de R\$ 685.000,00.

Durante esta gestão foi utilizada a abordagem da análise dos processos de trabalho essenciais como linha mestra dos esforços de modernização do Tribunal. A partir dessa análise foi desenhada uma nova organização para a instituição e detalhados aperfeiçoamentos para suas atividades primordiais.



O resultado desse trabalho pode ser verificado no gráfico abaixo, que mostra uma redução de 13,21% total no custo por processo julgado, o qual passou de R\$ 1.975,08 por processo julgado no exercício de 2012 para R\$ 1.714,18, no ano de 2013.



Fonte: Diretoria de Contabilidade

Uma Nova Contabilidade

O Brasil passa por uma série de mudanças estruturais e procedimentais no processo de convergência da Contabilidade Pública ao padrão internacional. Uma nova concepção sobre o reconhecimento, evidência e mensuração do patrimônio público vem sendo normatizada pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T SP 16.10), regulamentada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria

ria do Tesouro Nacional (STN).

Compromissado com essas mudanças, este Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através da Diretoria de Contabilidade vem adotando novos procedimentos de forma gradual, conforme previsão legal de implementação pactuada com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no cumprimento da Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional STN. Nesse sentido, destacamos as seguintes ações no

decorrer da gestão: adesão ao Sistema Integrado de Compras, Licitações, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio do Estado (PE –Integrado); Sistema de Gestão e apuração de Custos; Sistema Universal - adaptação para geração de informação das provisões com 13º salários e férias; estudo para padronização de tabela de centro de custos em todos os sistemas informatizados; e elaboração de um balanço social para o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Adesão ao Sistema Integrado de Compras, Licitações, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio do Estado (PE –Integrado)

Trata-se da aquisição de uma ferramenta de gestão administrativa, nominada “PE-Integrado”, interligado com o Sistema Corporativo e-Fisco, a ser disponibilizada ao demais poderes através de convênio, conforme previsto no Art. 1º, § 2º do Decreto nº 40.222/2013.

Os ganhos para o Poder Judiciário, com a utilização dessa ferramenta, vão além do atendimento às novas exigências legais, sobretudo impactará na qualidade das informações gerenciais, na redução dos custos das operações, na melhoria da produtividade e no estímulo de maior interação entre os tomadores de decisão, além de servir de parâmetro ao planejamento estratégico da organização etc.

Sistema de Gestão e apuração de Custos

Por força da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.11, o Estado de Pernambuco, instituiu o GTCUSTOS (Decreto nº 36.952/2011), compreendendo a participação dos Poderes, tendo como meta a construção de um projeto para a elaboração e/ou aquisição de uma ferramenta de Gestão e Apuração de Custos para todo Estado.

O resultado alcançado foi a

conclusão da modelagem conceitual para a construção/aquisição de um Sistema de Gestão de Custos. O Estado encontra-se atualmente nas definições para desenvolvimento da referida ferramenta.

O Sistema possibilitará a mensuração dos custos por área ou produto de uma unidade administrativa ou jurisdicional. Será possível, por exemplo, saber os seguintes objetos:

- *Custos de programa, projeto, ação ou subação;*
- *Custos de produto ou serviço;*
- *Custos por departamento (Vara Criminal capital e interior, Juizados, Gabinetes; Diretorias, etc)*
- *Custos por atividade;*
- *Custos por unidade organizacional;*

Sistema Universal - adaptação para geração de informação das provisões com 13º salários e férias

Atendendo a uma exigência legal, o Sistema Universal RH utilizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para o processamento da folha de pagamento de pessoal permitirá a emissão de relatório contendo as provisões de férias e 13º salários dos servidores e magistrados para o registro contábil dessa obrigação, reconhecendo esses encargos incidentes sobre o patrimônio do Poder Judiciário, em atendimento aos princípios contábeis da oportunidade, competência e prudência.

Estudo para padronização de tabela de centro de custos em todos os sistemas informatizados

A construção de uma tabela única de centro de custos alinhada ao Organograma do TJ foi o passo indispensável para o Sistema de Gestão de Custos ora em desenvolvimento pelo Estado a ser utilizado por todos os órgãos e Poderes do Estado de Pernambuco.

Além de indispensável para o Sistema de Gestão de Custos, a nova estrutura de centro de custos será implantada como tabela única e padronizada agregando os diversos sistemas estruturantes hoje existentes, como os citados:

- *Judwin;*
- *Folha de Pagamento;*
- *Diárias e Suprimentos;*
- *Biblioteca;*
- *Patrimônio;*
- *Almoxarifado*

Elaboração de um balanço social para o Tribunal de Justiça de Pernambuco

O balanço social, segundo a Resolução CFC nº 935/02 que aprova a NBC - T nº 15, é uma Demonstração contábil que tem por objetivo a evidenciação de informações de natureza social com vistas a prestar contas à sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade.

No ano de 2013, o Tribunal de Justiça de Pernambuco elaborou o modelo conceitual do que será seu primeiro Balanço Social, o qual está previsto para ser publicado ainda no primeiro semestre de 2014. Este instrumento tornará mais transparente para a sociedade as ações de iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco, medindo o nível de comprometimento do Poder com seu público interno e externo em prol das questões sociais e ambientais.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco elaborou o modelo conceitual do que será seu primeiro Balanço Social, o qual está previsto para ser publicado ainda no primeiro semestre de 2014. Este instrumento tornará mais transparente para a sociedade as ações de iniciativa do Poder Judiciário.



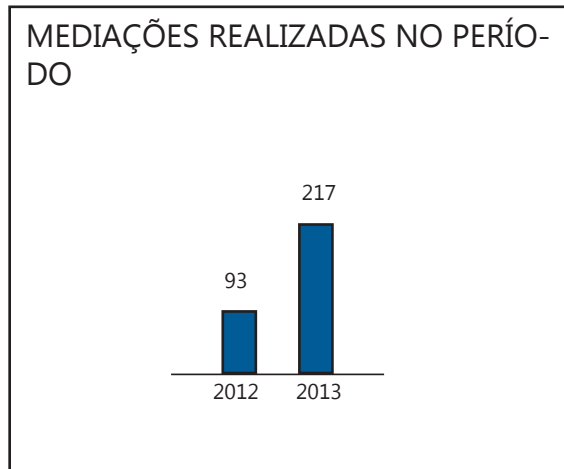
Acesso ao Sistema de Justiça

Casa de Justiça e Cidadania do Coque

Promover a cidadania com a disseminação de práticas voltadas à proteção de direitos fundamentais e de acesso à Justiça. Essa é a proposta da Casa de Justiça e Cidadania, inaugurada no ano de 2012, na Ilha de Joana Bezerra.

As Casas de Justiça e Cidadania estão previstas na Resolução 222/2007 do TJPE e são unidades multifuncionais que visam promover o desenvolvimento de ações voltadas à efetiva participação do cidadão e da comunidade na solução de seus problemas e a sua aproximação com o Poder Judiciário. A estrutura implantada pelo TJPE para atender ao bairro do Coque funciona a partir do trabalho de uma equipe de servidores e voluntários do Judiciário estadual. O grupo presta orientação à comunidade, encaminhando os cidadãos, quando necessário, a outros órgãos ou entidades que prestem serviços públicos ou privados e também realizando sessões de mediação judicial e comunitária.

Estrutura - A Casa de Justiça e Cidadania funciona numa estrutura de aproximadamente 140 m2, distribuída entre térreo e primeiro andar. O primeiro pavimento do prédio conta com uma sala de recepção, duas salas de audiências e um arquivo, e o primeiro andar dispõe de uma sala multifuncional, uma sala para assistência jurídica, uma para atendimento em serviço social e outra para psicologia.



Democratização do acesso

Para facilitar o acesso dos cidadãos com deficiência física ou dificuldade de mobilidade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco executou diversos projetos em seus prédios e fóruns, visando atender a população com necessidades especiais.

PROJETOS REALIZADOS EM 2012-2013	ITENS DE ACESSIBILIDADE
Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Jaboatão dos Guararapes (RMR)	Casa Térrea e 1º Pavimento. Possui WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, balcões de atendimento na altura normatizada para cadeirantes, mas não há acesso ao 1º pavimento.
Fórum de Macaparana (Zona da Mata)	Edifício Térreo e 1º Pavimento. Possui rampa de entrada do Fórum e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.
Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Igarassu (RMR)	Edifício Térreo. Possui rampa de acesso à Vara e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais -PNE
Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Olinda (RMR)	Edifício Térreo e 1º Pavimento. Possui rampa de entrada da Vara e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.
Fórum de São Lourenço da Mata (RMR)	Edifício Térreo e 1º Pavimento. Possui rampa de entrada da Vara, vaga de estacionamento para cadeirante e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.
Juízo de Goiana (Zona da Mata)	Casarão antigo térreo. Possui WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, a rampa de acesso ao Juizado localiza-se nos fundos que faz fronteira com o Fórum, localizado na rua posterior. Não existe vaga de estacionamento para cadeirante.
Fórum e Juizado de Palmares (Zona da Mata)	Imóvel novo térreo. Possui rampa de acesso ao Fórum e ao Juizado, WC's acessíveis, balcões de atendimento com altura recomendada para cadeirantes e vagas de estacionamento com dimensões maiores normatizadas.
Fórum de Quipapá (Zona da Mata)	Edifício térreo e 1º pavimento com pilotis. Possui rampa de entrada do Fórum, WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.
Fórum de Tacaimbó (Agreste)	Imóvel térreo e 1º pavimento. Possui rampa de entrada do Fórum, WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.
Fórum de Petrolândia (Sertão 1B)	Imóvel térreo. Possui rampa de acesso ao Fórum e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE.
Reforma do Fórum de Primavera (Zona da Mata)	Edifício Térreo e 1º Pavimento. Possui rampa de entrada da Vara e WC acessível aos Portadores de Necessidades Especiais –PNE, mas não existe acesso ao andar superior.

Responsabilidade Social

Projetos e Ações de Responsabilidade Social

O Tribunal de Justiça de Pernambuco também tem empreendido muitos vários esforços no sentido de promover a cidadania e a inclusão social, além de promover a conscientização de magistrados, servidores e jurisdicionados com a sustentabilidade do meio ambiente. Para tanto deu início a diversas ações:

- *Implantação da Coleta de Óleo de Fritura*

Resultados: 430 litros coletados

- *Feiras Orgânicas online - Acesso a alimentos saudáveis através da web e em seu ambiente de trabalho*

Resultados: 346 pedidos

- *Mentoria Virtual - Parceria com Academia para Desenvolvimento da Educação - ADE Brasil*

Compartilhamento de experiência profissional e de vida auxiliando no desenvolvimento de competências de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Resultados: 22 mentores e 22 adolescentes mentoradas.

- *PASSEIO ECOLÓGICO - Catamarã Águas Do Capibaribe - Promover sensibilização e conscientização socioambiental.*

Resultados : 100 participantes

- *Lançamento do site Sustentabilidade Legal - Espaço virtual que permite ao usuário interno ou externo conhecer as ações e práticas socioambientais do TJPE.*

- *Implantação do papel reciclado na SGP*

- *Racionalização de papel - Implantação do manual de impressão frente e verso.*

- *IV e V Semana do Meio Ambiente 2012 e 2013*

- *Implantação do 1º Bicletário do TJPE - na Central dos Juizados Especiais*

Alinhamento e Integração

Fortalecimento do Planejamento e da Gestão

No ano de 2013, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou e implantou diversos mecanismos de promoção e fortalecimento do Planejamento e da Gestão Estratégica. Neste exercício foi aprovado o Guia Prático de Gerenciamento de Projetos, criado o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e implantadas as Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAE's. Além disso, foi contemplado as atividades relativas à Gestão de Processos no Escritório de Projetos.

O Guia de Gerenciamento de Projetos é uma ferramenta de gestão de grande importância para a padronização dos processos de gestão de projetos. O Comitê Gestor de Planejamento Estratégico é o órgão executivo responsável por realizar o acompanhamento da execução do Plano Estratégico e das Metas Nacionais do Poder Judiciário Nacional, feito mensalmente durante as Reu-

niões de Avaliação da Estratégia, onde o Presidente e os demais gestores da organização avaliam os resultados obtidos pelas unidades judiciárias e administrativas do TJPE, estabelecem metas a serem alcançadas e desenvolvem ações para o alcance dos objetivos da organização.

Plano de Ação imediata

Criado em 2012, o Programa de Ação Imediata (PAI) surgiu a partir da consolidação de propostas de soluções produzidas com a participação de gestores das áreas administrativa e judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sendo consideradas as condições atuais de trabalho e o conjunto de ações apresentadas nos Encontros com o Presidente ao assumir as funções no TJPE.

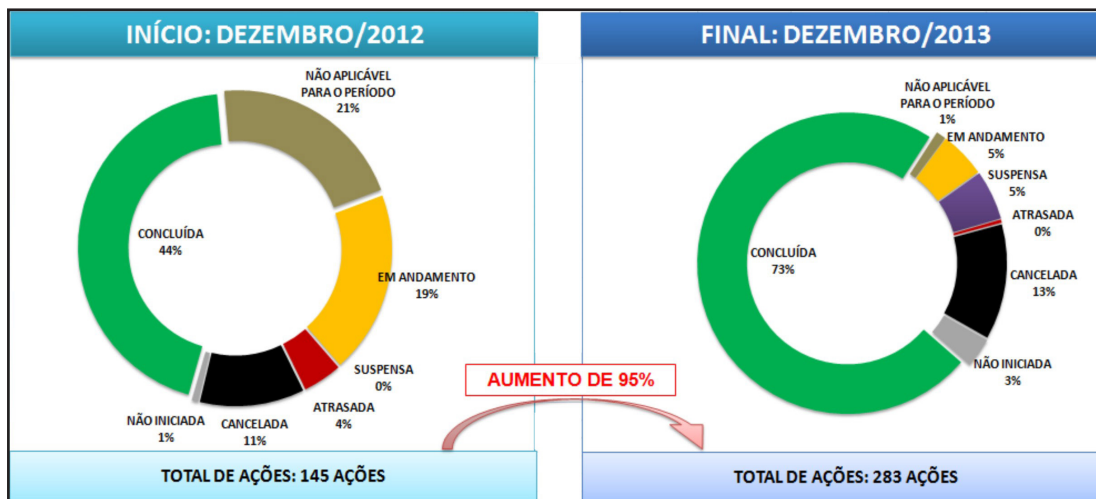
O seu objetivo macro foi o de identificar e implantar ações de realização em curto prazo (até 18 meses) que promovessem melhoria das condições de trabalho e do clima organizacional.

Passado este período, observamos consideráveis avanços na gestão administrativa do TJPE capitaneada pelo seu atual Presidente, o Desembargador Jovaldo Nunes, que mensalmente acompanhava os resultados do PAI, junto aos gestores, em reunião agendada para este fim.

Destacam-se os seguintes resultados:

- Quanto à quantidade de ações planejadas pelas áreas, percebeu-se um acréscimo de 87%, de janeiro à dezembro de 2013, destacando-se a SAD/ DIRIEST e a Coordenadoria da Infância e Juventude como sendo as áreas que mais criaram oportunidades de melhorias em sua gestão, no que se refere ao

planejamento das ações. Quanto ao percentual de execução das áreas, evidencia-se um aumento considerável de ações concluídas, de 46% para 73% de janeiro à dezembro de 2013, totalizando uma média de 78% de execução, o que foi bastante significativo, demonstrando um aumento de 7% com relação à 2012, que foi de 71%.



	SAD/DIRIEST	COPLAN	DIRETORIA DO FORO	SAD/DEA	SAD/CPL	SEJU/DIDOC	SAD/CJ	SAD/DIFIN	SETIC	COORD. INF. E JUVENTUDE	SGP/DDH
TOTAL DE AÇÕES	97	18	14	10	9	6	5	2	14	50	5
TOTAL DE AÇÕES EXECUTADAS	97	18	14	10	9	6	5	2	13	42	4
% EXECUÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	93%	84%	80%

Atuação Institucional

Tribunal assina convênio com TCE para reforçar julgamento de ações de improbidade

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) firmam convênio, que tem como foco os processos que envolvem crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa enquadrados na Meta 18 do Conselho Nacional da Justiça. A iniciativa busca facilitar o acesso dos magistrados à equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado.

O Tribunal vem dando prioridade aos processos que envolvem crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa. Uma série de Encontros Regionais de Combate à Corrupção com juízes e servidores foi realizada pela Presidência do TJPE e pela Corregedoria Geral de Justiça. O objetivo é reforçar a importância do cumprimento da Meta 18 e criar um espaço de discussão onde sejam apresentadas eventuais dúvidas para o julgamento dos processos referentes ao tema.

A presidente do TCE, Tereza Duere, elogiou a iniciativa do Tribunal e destacou o vanguardismo do TJPE em procurar o Tribunal de Contas para fechar a parceria. “Não tenho conhecimento de nenhum Tribunal de Contas que esteja fazendo esse trabalho e nem de nenhum Tribunal que tenha tido essa iniciativa. Acredito que foi uma iniciativa de vanguarda e merece todo elogio”, disse.



TJPE assina convênio com tribunal paraibano para cessão do Sicase

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) firmou convênio de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) cedendo a tecnologia para implantação do Sistema de Informação para Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase). Com o acordo, o Judiciário paraibano passa a ter as ferramentas necessárias para a fiscalização dos cartórios no Estado. O Sicase foi cedido gratuitamente. Em Pernambuco, o Sicase gerou um aumento de mais de 80% na receita do Tribunal.

Para o presidente do TJPB, desembargador Abraham Lincoln, o sistema possibilitará uma melhor condição para o tribunal paraibano de fiscalizar as serventias judiciais do Estado, principalmente, no que se refere à arrecadação de emolumentos. “Queríamos agradecer a gentileza do TJPE em disponibilizar o Sicase que já é um sucesso em Pernambuco e será também na Paraíba”, afirmou.

Queríamos agradecer a gentileza do TJPE em disponibilizar o Sicase que já é um sucesso em Pernambuco e será também na Paraíba.



Convênio de cooperação técnica entre Ouvidorias do TJPE e do MPPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) assinaram um acordo para a cooperação técnica entre as ouvidorias das instituições. O documento formaliza uma prática já realizada pelas unidades e visa a agilizar o atendimento das demandas encaminhadas às instituições pela população.

Através do convênio, todas as demandas enviadas ao Ministério Público referentes ao Judiciário ou ao Tribunal referentes ao MPPE devem ser encaminhadas ao outro órgão, sem que o cidadão precise se deslocar para fazer a solicitação.

“A assinatura do convênio garante maior agilidade à atuação das ouvidorias do Ministério e do Tribunal, fazendo com que possamos dar uma resposta mais rápida à procura da sociedade”, afirmou o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes. O magistrado também enfatizou a importância da cobrança da população.

Espaço para orientações é inaugurado em Palmares através de parceria entre o Judiciário e o Executivo municipal

Um espaço para palestras, orientações e acompanhamento da sociedade de Palmares foi inaugurado através de uma parceria entre o Judiciário e o Executivo local. O local funciona no prédio da Área Integrada de Segurança, localizada na Avenida José Américo de Miranda. A iniciativa faz parte do Projeto de Braços Abertos, que procura minimizar os problemas de ordem sócio-educacional do município. Entre outras ações, o espaço contará com palestras, que abordarão temas como violência doméstica contra a mulher, criança e adolescente, drogas, bullying e outros assuntos.

Programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre

Em comemoração aos sete anos da Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006, foi criado o Programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre. A parceria entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o programa visa divulgar ainda mais a Lei Maria da Penha, bem como melhorar as condições de funcionamento das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres. Além disso, quer ajudar a acelerar a implantação de novos serviços.

A participação do TJPE se dá através do Mutirão Arquivo Zero. Com o intuito de dar maior celeridade aos processos pendentes, foi promovido um mutirão administrativo nas 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital.

Programa - Dentre outras ações a serem tomadas, estão a construção de novas delegacias da mulher, a instalação de centros de referências especializados no atendimento à mulher, bem como casas-abrigo, mais varas de violência doméstica contra a mulher, além de programas de reeducação e socialização dos apenados. Além disto, serão disponibilizadas viaturas exclusivas para casos relacionados à lei Maria da Penha, bem como a implementação de tornozeleiras eletrônicas, para um monitoramento mais preciso dos infratores.



Convênio em prol de política de regularização fundiária de Pernambuco

Com o objetivo de facilitar a aprovação dos projetos de regularização fundiária, bem como garantir a eficácia de sua implementação no Estado, o Poder Judiciário estadual, o Governo de Pernambuco - através da Secretaria de Administração do Estado (SAD) -, a Prefeitura do Recife, a Associação de Registradores de Imóveis do Estado (Aripe) e a Pernambuco Participações e Investimentos S.A. (Perpart) firmaram um convênio de cooperação técnica. A reunião foi realizada no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no Palácio da Justiça.

Cerca de 40 mil famílias moradoras de terrenos habitados por meio de posse serão beneficiadas com esta parceria. O convênio visa regularizar os lotes e disponibilizar escrituras por meio da expedição de documentos que garantem todos os direitos sociais e legais sobre os imóveis, inclusive acesso a benefícios.

O presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, ressaltou a importância da regularização jurídica das terras fundiárias que estão sob a posse das famílias a serem beneficiadas. “A partir desta iniciativa, os proprietários poderão tomar todas as medidas legais referentes ao imóvel como venda, empréstimo e de direito sucessório, ou seja, podem exercer a cidadania de forma mais plena”, afirmou.

Estudo de Projeção da Demanda

O Tribunal de Justiça de Pernambuco quer prever o impacto do crescimento socioeconômico do Estado no Poder Judiciário. Para isso, um contrato de consultoria foi assinado com a empresa TGI Consultoria e Gestão. O objetivo é preparar a Justiça para atender às demandas decorrentes do desenvolvimento.

O diagnóstico apresentará uma previsão do crescimento para os próximos 20 anos trará ações de curto, médio e longo prazos.

O estudo será coordenado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e vai orientar mudanças no Código de Organização Judiciária do Estado, com criação de varas, além de construção de fóruns e lotação de juizes e servidores. O trabalho será realizado no prazo de oito meses e terá um custo no valor de R\$ 410 mil. Uma licitação foi realizada para a contratação do serviço.

Memorial da Justiça

Com o passar dos anos, mais visitantes e pesquisadores têm procurado o Memorial da Justiça. Isso se deve ao rico acervo histórico que está sendo formado pelos recolhimentos que o Memorial vem efetuando nas comarcas do Poder Judiciário de Pernambuco, bem como às ações educativas e culturais que vem promovendo junto à sociedade. Nessa gestão, a partir de recursos do próprio Tribunal, como também por meio de parcerias com instituições com a Prefeitura do Recife, Tribunais Federais e Secretarias Estaduais, entre outras instituições culturais, o Memorial abrigou vários eventos que foram verdadeiros sucessos de público, com as oficinas de férias para crianças, o ciclo de palestras e a oficina saúde da mulher, violência doméstica e Lei Maria da Penha.



ATIVIDADES	QUANTIDADES
Realização de eventos programados no Museu (oficina de férias; ciclo de palestras; semana dos museus; encontro com professores; semana nacional de ciência e tecnologia)	1.053 Participantes
Recepção a visitantes do Memorial da Justiça	2.988 Visitantes
Realização de reparos em processos históricos	11.443 Folhas
Identificação, catalogação e higienização de acervos históricos	26.609 Processos





PERSPECTIVA
RECURSOS

GESTÃO DE PESSOAS

Ampliação do quadro de Juízes

O Tribunal de Justiça de Pernambuco empossou, no ano de 2012, 34 novos Juízes Substitutos de 1ª Entrância, aprovados em concurso público que contou com a inscrição de 5.400 pessoas. Segundo o presidente do TJPE, a posse dos novos magistrados ajudou a melhorar a prestação jurisdicional no Estado.

Os novos juízes entraram em exercício no cargo em agosto de 2012. Antes, através de uma ação inovadora, passaram por um curso de formação promovido pelo TJPE. A preparação teve carga horária de 200 horas/aula e a maior parte das aulas aconteceram na sede da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). Durante o curso, foram trabalhados temas como Gestão de Pessoas, Planejamento e Gestão Estratégica, Media Training,

Direito Eleitoral, Psicologia, Processo Judicial Eletrônico (PJe), dentre outros. Os magistrados encerram a parte prática do curso com a participação no mutirão das varas de entorpecentes.

Além dessas nomeações, o TJPE iniciou, no ano de 2013, novo concurso para o cargo de Juiz Substituto. Mais de cinco mil pessoas inscreveram-se para o certame. No total, estão sendo oferecidas 55 vagas. A seleção deve terminar ainda no primeiro semestre de 2014 e vai melhorar a prestação jurisdicional no Estado de Pernambuco.

Aumento do Quadro de Servidores

Com o objetivo de prestar melhor serviço à sociedade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco nomeou 2.621 servidores nos últimos dois anos, dos quais 2.100 foram empossados. Além disso, no período 2012-2013, foram promovidas diversas capacitações através de instrutorias externas e internas, essas correspondem às ações de desenvolvimento elaboradas por instrutores do TJPE.

INDICADOR	2012	2013
Nomeações	1.176	1.445
Posse	955	1.145
Servidores Capacitados	2.964	4.153

76



Cerimônia de posse de novos servidores



Cerimônia de posse de magistrados

Avaliação de Desempenho por Competências

O Tribunal de Justiça de Pernambuco implantou, a partir de 2012, a Avaliação de Desempenho por Competências (ADC). A iniciativa tem como finalidade desenvolver continuamente os colaboradores, além de criar condições para a excelência na prestação de serviços do TJPE. A ADC busca possibilitar a Progressão Funcional, subsidiar a construção de planos de ação para a melhoria do desempenho e o planejamento de programas de desenvolvimento de pessoas, ampliando os resultados organizacionais e apresentar aos gestores das unidades os instrumentos facilitadores de gestão.

Servidores efetivos, comissionados e à disposição são avaliados. As competências observadas para todos os servidores foram: Comunicação - Capacidade de transmitir e receber informações relativas ao ambiente profissional, observando a adequada utilização da linguagem, os meios disponíveis e as estratégias da organização; Responsabilidade Social - Comprometimento permanente do servidor em contribuir para alcançar uma justiça célere e efetiva; Compromisso com Resultados - capacidade de realizar o trabalho com responsabilidade, mantendo o foco nos objetivos e nas metas estabelecidas pelo Poder Judiciário Estadual, destacando a importância da visão sistêmica.

A competência Práticas Judiciais - Execução de atividades e atos processuais nas unidades judiciárias foi aplicada aos servidores lotados no segmento de atuação judicial, que compreende todas as unidades judicantes de 1º e 2º graus, Diretoria Cível, Diretoria Criminal, Juizados e Centrais de Conciliação Mediação e Arbitragem.

DADOS	2012	2013
Realização da Avaliação de Desempenho por Competências	93,34%	86,59%

Escola Judicial implanta sistema de Ensino à Distância

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco implantou seu Sistema de Ensino à Distância para magistrados e servidores. A parceria, que não acarretou em ônus para Escola, tornou possível a promoção de variados cursos nessa modalidade de ensino.

Nesta gestão, foram capacitados a distância mais de 1.000 alunos em cursos como Biodireito, Gestão de Equipes, Administração do Tempo, Direito de Família, Direito Constitucional entre outros.

DADOS	2012	2013
Realização da Avaliação de Desempenho por Competências	93,34%	86,59%

Criação do Núcleo de Apoio aos Juízes e Centro de Orientação Forense

A Corregedoria Geral da Justiça do TJPE criou o Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ) e o Centro de Orientação Forense (COF). Entre as atividades do NAJ, além do atendimento exclusivo e individualizado dos juízes, destacam-se: receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça; receber informações, sugestões, reclamações, críticas e elogios dos juízes sobre as atividades da Corregedoria Geral da Justiça e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o magistrado sempre informado sobre as providências adotadas.

O Centro de Orientação Forense sistematiza a ideia de que os magistrados mais experientes, notadamente aqueles em exercício em unidades especializadas, podem prestar inegável contribuição para o aprimoramento do exercício da função jurisdicional, compartilhando conhecimentos, orientando os juízes e esclarecendo-lhes as dúvidas.

Saúde e Bem-Estar

Preocupado com o bem-estar de magistrados e servidores, o Tribunal de Justiça de Pernambuco ofereceu nessa gestão diversos serviços que visaram a promoção da saúde de seus colaboradores. Entre as ações realizadas estão o planejamento, organização e gerência da promoção dos serviços de saúde integral e de assistência médica, odontológica, psicológica, fisioterápica e nutricional.

Ações realizadas:

- *Nomeação de nova Junta Médica Oficial composta por servidores com dedicação exclusiva no atendimentos de perícias médicas;*
- *Abertura de edital de credenciamento para médicos peritos com foco nos atendimentos às perícias judiciais.*
- *Implantação do Posto Médico Avançado da Central de Juizados Especiais;*
- *Semana + Saúde, com oficinas de Saúde Mental, Orientação em casos de parada Cardiorrespiratória e uso do DEA, Escovódromo e orientações de higiene bucal, Câncer de boca, Orientações e cuidados com a coluna;*
- *Campanha de Vacinação para a Influenza;*
- *Projeto Odontolegal de Promoção à Saúde de Grupo de Risco;*
- *TJ Fitness, evento realizado, com passeio ciclístico e atividades aeróbicas em academia, seguida de café da manhã;*
- *Interiorização da Ginástica Laboral na comarca de Garanhuns em convênio assinado com o município;*
- *Realização de aula de Ginástica Laboral durante cursos de treinamento (novos e antigos servidores);*
- *Ação “Saúde e Nutrição” em diferentes prédios da capital abordando os temas os 10 Passos da Alimentação Saudável, Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes, Sistema Digestivo e Lanches Saudáveis.*

- *Palestras em eventos do TJPE abordando os temas “A Importância da Alimentação Orgânica”, “Alimentos Orgânicos: Por que consumi-los?” e “Os 10 Passos da Alimentação Saudável”.*
- *Monitoramento glicêmico*

LOCAL	PESSOAS MONITORADAS
Cabo de Santo Agostinho	103
Central de Juizados Especiais	272
Centro Integrado da Criança e do Adolescente	97
Edifício Paula Baptista	301
Fórum Rodolfo Aureliano	461
Fórum Thomaz de Aquino	354
Palácio da Justiça	280
Total	1868

Segurança

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, através da Assistência Policial Militar e Civil, também realizou importantes projetos na área de segurança preventiva e ostensiva das edificações e das pessoas.

Projetos e Ações de Segurança Concluídas

Aquisição e instalação de cancelas automáticas em edificações do TJPE

Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV na Central dos Juizados

Aquisição e instalação de dispositivos de sinalização estroboscópica e sirene para os veículos da mesa diretora

Aquisição de detectores de metais portáteis, como acessórios nas atividades de segurança em instalações do TJPE

Aquisição de barreiras de proteção humana, visando serem empregadas na necessidade de controle de distúrbios, bem como auxiliares no controle de operações de trânsito

Aquisição de coletes balísticos, como acessórios nas escoltas de segurança, bem como na proteção de magistrados

Aquisição de armários para acondicionamento de armas de fogo, como acessórios na segurança de instalações do TJPE

Aquisição de veículos tipo COBALT para as atividades administrativas e operacionais da APMC

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Obras e reformas

Diversas obras de construção foram realizadas no período de 2012-2014. Dentre elas, podemos destacar os Fóruns de Palmares, de Afogados da Ingazeira, de Santa Cruz do Capibaribe e de Jaboatão dos Guararapes.

As novas instalações permitirão um atendimento muito mais célere e eficiente à população. Além disso, os servidores e funcionários que trabalham para bem atender a população poderão fazê-lo com mais efetividade.

Construção

	LOCAL	SITUAÇÃO	VALOR DO CONTRATO	ÁREA CONTRUÍDA	INÍCIO	CONCLUSÃO
1	Fórum de Palmares	Concluído	R\$ 6.249.979,76	2.646,39m ²	08/11/2010	13/12/2012
2	Fórum de Afogados da Ingazeira	Concluído	R\$ 5.113.485,59	3.324,71m ²	14/03/2011	03/03/2012
3	Fórum de Santa Cruz do Capibaribe	Concluído	R\$ 6.194.559,92	3.500,54m ²	14/03/2011	03/03/2013
4	Fórum de Jaboatão dos Guararapes	Em Andamento	29.403.404,92	12.443,58m ²	15/06/2011	17/01/2014
5	Anexo ao Fórum Rodolfo Aureliano	Obra Suspensa	20.153.986,79	9.299,25m ²	13/07/2011	Obra Suspensa

	LOCAL	VALOR DO CONTRATO	VALOR MEDIDO (ATÉ DEZ/2013)	PERCENTUAL EXECUTADO	INÍCIO	PREVISÃO CONCLUSÃO
20	Fórum de Panela	R\$ 2.777.048,41	R\$ 1.448.887,54	52,17%	29/05/2013	24/04/2014
21	Fórum de Quipapá	R\$ 2.277.430,09	R\$ 1.330.964,63	58,44%	20/05/2013	14/02/2014

Reforma / Recuperação

	LOCAL	SITUAÇÃO	VALOR DO CONTRATO	INÍCIO	CONCLUSÃO
6	Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Olinda	Concluído	R\$ 31.759,14	12/04/2012	27/05/2012
7	Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Jaboatão dos Guararapes	Concluído	R\$ 42.819,52	12/07/2012	10/09/2012
8	Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Cabo de Santo Agostinho	Concluído	R\$ 60.926,35	03/12/2012	31/01/2013
9	Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Camaragibe	Concluído	R\$ 105.061,97	08/10/2012	05/02/2013
10	Vara da Infância e Juizado Cível de Petrolina	Concluído	R\$ 133.388,12	01/11/2012	30/12/2012
11	Fórum de Garanhuns	Concluído	R\$ 292.485,35	28/05/2012	24/03/2013
12	Fórum e Juizado de Goiana	Concluído	R\$ 167.031,41	25/07/2012	06/01/2013
13	Fórum de Maraiá	Concluído	R\$ 53.270,02	26/11/2012	10/04/2013
14	Fórum de Quipapá	Concluído	R\$ 56.182,23	26/11/2012	10/05/2013
15	Fórum de Primavera	processo administrativo para conclusão das pendências	R\$ 73.035,03	03/12/2012	-
16	Fórum de Timbaúba	Concluído	R\$ 166.614,74	11/04/2012	23/10/2012
17	Casa da Justiça e Cidadania	Concluído	R\$ 34.463,12	26/11/2012	24/02/2013
18	Edf. Paula Baptista – 2º e 5º Pavimentos	Concluído	R\$ 82.434,13	26/11/2012	24/02/2013
19	Palácio da Justiça – Iluminação Natalina - 2012	Concluído	R\$ 49.000,00	14/11/2012	29/11/2012

	LOCAL	SITUAÇÃO	VALOR DO CONTRATO	INÍCIO	CONCLUSÃO
22	Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Igarassu	Concluído	R\$ 290.272,53	20/05/2013	13/11/2013
23	Fórum de São Lourenço da Mata	Concluído	R\$ 1.121.826,33	01/04/2013	15/07/2013
24	Fórum de Abreu e Lima	Em Andamento	R\$ 71.141,99	28/08/2013	26/11/2013
25	Fórum de Pesqueira – Anexo	Em Andamento	R\$ 1.037.410,52	21/08/2013	19/03/2014
26	Fórum Rodolfo Aureliano – 5º Andar	Obra Suspensa	R\$ 9.989.660,45	18/02/2013	Obra Suspensa
27	Fórum de Tacaimbó	Concluído	R\$ 44.056,36	25/03/2013	08/07/2013
28	Juizado Cível do Cabo de Santo Agostinho	Concluído	R\$ 78.137,75	22/04/2013	04/10/2013
29	Recuperação do CICA – Centro Integrado da Criança e do Adolescente	Concluído	R\$ 279.961,23	02/01/2013	05/05/2013
30	Estacionamento do CICA – Centro Integrado da Criança e do Adolescente	Em Andamento	R\$ 309.816,35	08/10/2013	05/02/2014
31	Memorial da Justiça – Instalações Elétricas	Concluído	R\$ 8.407,18	29/07/2013	24/10/2013
32	Palácio da Justiça – Iluminação Natalina - 2013	Concluído	R\$ 69.000,00	13/11/2013	28/11/2013





10



11



12



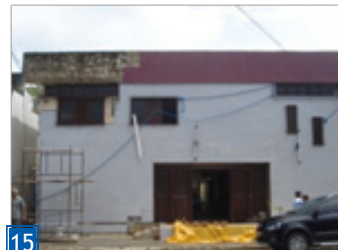
12



13



14



15



16



17



19



20



Instalação de novas unidades

Preocupado em servir cada vez melhor e a um maior número de pessoas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco investiu na ampliação da prestação jurisdicional, instalando mais 48 unidades, entre Varas Judiciais, Juizados Especiais e Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem e Câmara de Direito Público. A ampliação das serventias judiciais contemplou parte das unidades previstas no Código de Organização Judiciária, Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007.

UNIDADE INSTALADA	INSTALADA
Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Ciências de Timbaúba	21.03.2012
Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Petrolina	04.05.2012
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda (transformação do antigo 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda)	17.05.2012
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes (transformação do antigo 1º Turno do 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes)	17.05.2012
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes (transformação do antigo 2º Turno do 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes)	17.05.2012
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista (transformação do antigo 1º Turno do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista)	17.05.2012
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista (transformação do antigo 2º Turno do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina)	17.05.2012

UNIDADE INSTALADA	INSTALADA EM
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Caruaru (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Caruaru)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Camaragibe	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Cabo de Santo Agostinho	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns)	17.05.2012
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes (transformação do antigo 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Jaboatão dos Guararapes)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Vitória de Santo Antão (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Vitória de Santo Antão)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Palmares (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Palmares)	17.05.2012
Juizado Especial Criminal de Garanhuns (transformação do antigo Juizado Especial Criminal de Garanhuns)	17.05.2012
Juizado Especial Criminal de Caruaru (transformação do antigo Juizado Especial Criminal de Caruaru do II Foro Universitário do Estado - Caruaru)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Limoeiro (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Limoeiro)	17.05.2012
Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes (transformação do antigo Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes)	17.05.2012
Juizado Especial Criminal de Olinda (transformação do antigo Juizado Especial Criminal do I Foro Universitário do Estado - Olinda)	17.05.2012
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Goiana (transformação do antigo Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Goiana)	17.05.2012
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória da Comarca de Olinda	20.06.2012

UNIDADE INSTALADA	INSTALADA EM
6ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes	21.06.2012
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda	07.08.2012
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Olinda	07.08.2012
2ª Vara da Comarca de Sertânia	19.09.2012
Vara Regional da Infância e da Juventude da 14ª Circunscrição Judiciária - Arcoverde	19.09.2012
Vara Criminal da Comarca de Moreno	14.11.2012
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Olinda	20.11.2012
2ª Vara da Comarca de São José do Egito	07.12.2012
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Jaboatão dos Guararapes	19.12.2012
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Camaragibe	08.03.2013
Juizado Especial Criminal da Comarca de Petrolina	10.05.2013
1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Petrolina	10.05.2013
Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca do Cabo de Santo Agostinho	10.06.2013
Vara Regional da Infância e Juventude da 13ª Circunscrição Judiciária - Sede: Afogados da Ingazeira	01.07.2013
Vara Criminal da Comarca de Goiana	02.07.2013
Vara Criminal da Comarca de Carpina	28.08.2013
2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca da Capital	10.09.2013
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de Gravatá	10.09.2013
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe	01.10.2013
2ª Vara da Comarca de Petrolândia	11.10.2013
3ª Vara Cível da Comarca de Palmares	22.10.2013
Vara Regional da Infância e Juventude da 6ª Circunscrição Judiciária - Sede: Palmares	22.10.2013
4ª Vara Regional de Execução Penal - Sede: Comarca de Petrolina	05.12.2013
2ª Vara de Família da Comarca de Petrolina	05.12.2013
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Igarassu	09.12.2013
4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco	02.01.2014
2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru	22.01.2014

Tecnologia da Informação e Comunicações

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC

A eficácia de uma organização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) norteia-se na qualidade e eficiência de seus serviços, os quais, por sua vez, se baseiam no correto alinhamento da estratégia de TIC com a de negócios. Para planejar e gerenciar a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) precisa estar apoiada em um Plano Estratégico de TIC que mostre o comportamento da tecnologia da informação num determinado tempo e estabeleça as métricas corretas e objetivas para mensuração do valor de seus serviços para a instituição.

Em 9 de janeiro de 2012, foi aprovado pela Corte Especial do TJPE o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O documento é uma definição mais detalhada das futuras necessidades de informação e co

municação da organização, e quais as tecnologias, dados, aplicações e recursos humanos que irão apoiar efetivamente o desenvolvimento do negócio.

A característica mais marcante do PETIC é o alinhamento e o suporte a estratégia da instituição. O Planejamento foi estruturado utilizando-se do Balanced Scorecard com o objetivo de traduzir a visão e a estratégia da instituição em um conjunto integrado de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que formam a base para um sistema de gerenciamento estratégico e de comunicação.

Alinhamento estratégico do PETIC:

- Alinhamento com o Planejamento Estratégico Decenal do TJPE, aprovado em 2 de dezembro de 2009;
- Alinhamento com o Planejamento Estratégico de TIC do Poder Judiciário, conforme estabelecido na Resolução n.º 99/2009 do CNJ;

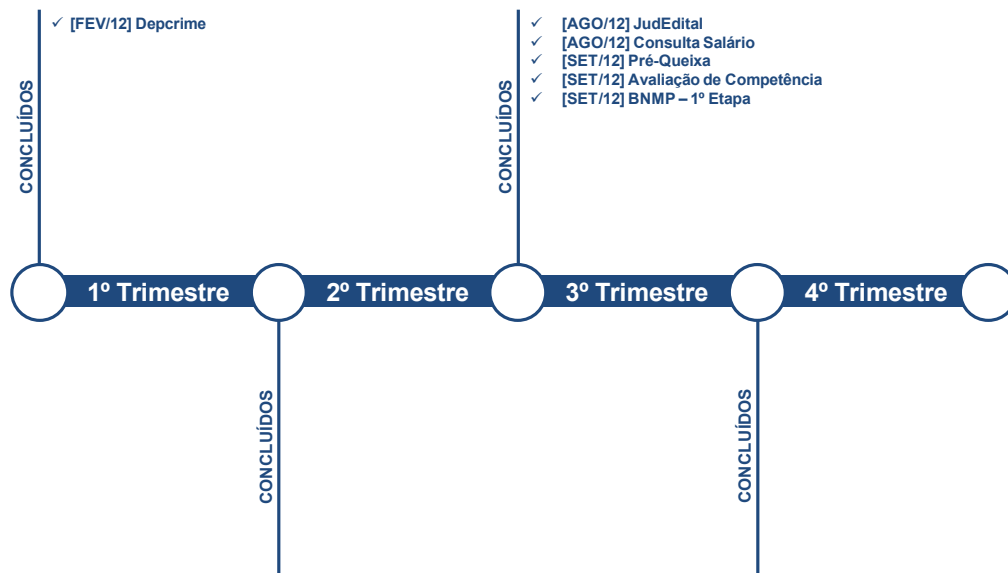
- Em conformidade com os Requisitos de Nivelamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para o Judiciário, estabelecidos pelo CNJ na Resolução n.º 90, de 29 de setembro 2009.

O PETIC é uma definição mais detalhada das futuras necessidades de informação e comunicação da organização.

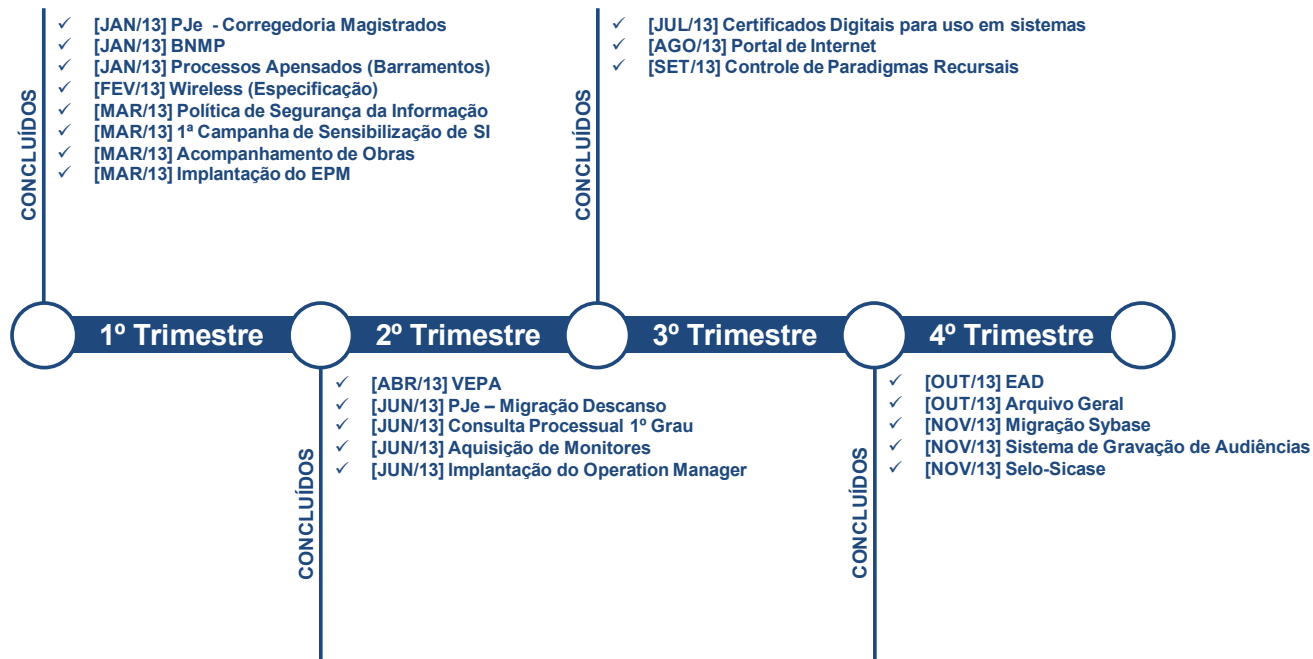
Novos Serviços Disponibilizados

Nesta seção, serão apresentados os 30 novos serviços entregues pela SETIC para o Judiciário, distribuídos em uma linha do tempo, por período de entrega, e, em seguida, uma descrição dos principais serviços disponibilizados descrevendo os impactos para o Judiciário sob o ponto de vista legal, financeiro e de imagem ou operacional, com melhoria na eficiência dessas rotinas.

Projetos Concluídos em 2012



Projetos Concluídos em 2013

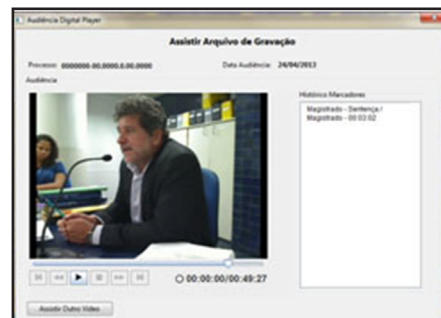


Sistema de Gravação de Audiências

Construção de um sistema informatizado para gravação de audiências, em áudio e vídeo, integrado ao sistema de processo eletrônico do CNJ - PJe. O sistema foi disponibilizado para uso nacional através do CNJ.

BNMP

Este projeto tem por objetivo dar cumprimento à Resolução nº 137, de 13 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o Banco de Dados de Mandados de Prisão, disponibilizando um módulo no JudWin 1º Grau para expedição dos mandados de prisão criminal com envio posterior ao CNJ.



PJe – Judicial

O PJe foi expandido ao longo de 2012 e 2013, atingindo 32 juizados e 2 varas de execuções fiscais municipais (VEFM). O PJe implantado no juizado estadual possui o maior número de processos em tramitação, tendo ultrapassado os 120mil.



Pje – Corregedoria

Este projeto tem por objetivo a implantação do processo eletrônico para os processos administrativos disciplinares contra juízes e servidores que tramitam no âmbito da Corregedoria.

Consulta Salário

Sistema desenvolvido para atendimento a lei de acesso à informação (LAI), Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regulamenta a disponibilidade das informações do setor público para a sociedade.



VEPA

Implementação do controle de comparecimento de cumpridor de pena alternativa através de equipamento de identificação pessoal baseado em requisitos definidos pelo setor psicossocial da VEPA, reduzindo o tempo de captura de presença de cada apenado de 1 minuto para apenas 10 segundos. As informações consolidadas e emissão de certificado são alimentados no Judwin, eliminado com isso registros manuais. Sistema pelo o qual a SETIC recebeu diploma de reconhecimento da própria VEPA.

Selo-SICASE

Emissão e Controle de Selos Eletrônicos emitidos aos cartórios pelo SICASE.

Processos Apensados (Extinção de Barramentos):

Eliminação da autuação de processos das seguintes classes no TJPE: oposição, agravo regimental, arguição de inconstitucionalidade, uniformização de jurisprudência, embargos de declaração, embargos infringentes, exceções de impedimento e agravo.

Wireless (Especificação)

O objetivo deste projeto é a definição das especificações técnicas e de aquisição de uma estrutura de acesso à Internet por meio de redes sem fio (wireless) nos principais prédios do Poder Judiciário de Pernambuco - Palácio de Justiça, Fórum Rodolpho Aureliano, Thomaz de Aquino e Paula Batista.

Acompanhamento de Obras

O objetivo deste projeto é a construção de um sistema para acompanhamento das obras de engenharia do Tribunal de Justiça de Pernambuco, estejam elas em processo licitatório ou em execução.

Publicação da Política de Segurança da Informação

Como resultado de várias reuniões técnicas, deliberação do Comitê Gestor de TIC (CGTIC) e aprovação pela Corte Especial do TJPE, foi publicada a Resolução nº 349, de 4 de março de 2013, que Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com esta resolução, o TJPE iniciou o processo de normatização que formaliza a conduta de referência para todos os seus colaboradores em relação à segurança das informações.



Judiciário Conectado

Operacionalizado pela SETIC em 2013, o Projeto Judiciário Conectado distribuiu notebooks e desktops para todos os magistrados e servidores do TJPE. A SETIC foi responsável por disponibilizar o sistema, definir os requisitos dos equipamentos ofertados, homologar as propostas apresentadas pelos fornecedores e realizar a gestão durante e pós a entrega, além de apoiar no esclarecimento de dúvidas e problemas por parte dos servidores.



100

Protocolo Integrado

Este projeto tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça por parte dos advogados, ao permitir que o Sistema JudWin 1º Grau receba petições não-iniciais e requerimentos de forma integrada a partir de qualquer comarca do Estado de Pernambuco.

Implantação do EPM

Solução Microsoft Enterprise Project Management (EPM) 2010, plataforma de Gerenciamento de Portfólio do Projeto, responsável pelo processo de governança de todo ciclo de vida dos projetos, através da automatização dos principais processos de gerenciamento de projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC) do TJPE, desde as decisões estratégicas até o controle operacional.



Implantação do Operations Manager

Este projeto tem como propósito a implantação da ferramenta Microsoft Operations Manager, componente este da plataforma Microsoft System Center, que atenderá à necessidade de um maior e mais preciso gerenciamento e monitoramento do ambiente de TIC da instituição, possibilitando assim, por meio de uma visão unificada, o diagnóstico e prevenção de falhas que ocasionem inatividade, viabilizando a alta disponibilidade dos aplicativos e serviços essenciais ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.



Vitaliciamento (1ª Etapa)

Este projeto tem por objetivo atender a uma solicitação do Núcleo de Vitaliciamento da Corregedoria Geral de Justiça, para que as avaliações dos Juízes vitaliciandos possam ser realizadas com mais eficiência pelos Juízes avaliadores. A aplicação permitirá o cadastro e a consulta das avaliações de Atividade Judicante e de Fatos

Pré-Queixa (Mediação & Arbitragem)

Este projeto tem o objetivo de permitir a entrada de procedimentos através das centrais e câmaras de conciliação diretamente pelo cidadão via internet.

Avaliação de Desempenho por Competência

Sistema de controle da avaliação de competência dos colaboradores do TJPE para a progressão funcional elaborado pela SETIC e aplicado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.



102 JudEdital

Ajustes no sistema JudEdital para adequação dos editais de Promoção/Remoção de acordo com a Instrução Normativa 11/2010 do TJPE. Essa IN é baseada na Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010 do CNJ.

DEPCRIME

Sistema que controla a entrada e saída de objetos relacionados a processos criminais e armazenamento no depósito judicial do TJPE.

Consulta processual 1º Grau

Desenvolvimento de uma solução para permitir que sistemas externos pudessem realizar consultas processuais “em massa”. Ou seja, efetuar várias consultas num mesmo processo sem a necessidade de digitação exaustiva de parâmetros.

Portal Corporativo Internet

Substituição do portal do TJPE (www.tjpe.jus.br) por uma ferramenta mais moderna. Com a renovação do layout gráfico e implantação de um sistema gerenciador de conteúdo.



Controle de Paradigmas Recursais

Sistema para controle dos recursos relacionados a processos de repercussão geral STF/STJ, para agilizar o julgamento dos processos pendentes no momento em que a repercussão geral for decidida.

Disponibilização da plataforma tecnológica EAD

Criação de um ambiente de ensino à distância para utilização das capacitações realizadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Migração do Banco de Dados Sybase

Realização da migração do banco de dados Sybase para versão mais atualizada e segura, bem como a atualização do ambiente físico deste banco de dados, garantindo maior disponibilidade e melhor performance.

Sistema de Gerenciamento e Monitoramento de Informações Processuais

Implantação de ferramenta que permite transformar os dados armazenados nos seus sistemas em informações e conhecimento para apoiar os gestores na tomada de decisão. Sua utilização permite o uso racional e inteligente da tecnologia proporcionando os seguintes benefícios: acessibilidade, suporte à decisão, monitoramento e controle, segurança e independência.



Nova Consulta à Jurisprudência

Publicação periódica que divulga as jurisprudências do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de forma mais simples e intuitiva para a consulta pelo cidadão e profissionais da área jurídica.

Precatórios – 1ª Fase

Será disponibilizado nesta 1ª fase funcionalidades para automação dos cálculos de processos referentes aos precatórios.

SGP – Sem Papel

Implantação de ferramenta para automatização dos fluxos de negócios de forma eletrônica. Esta iniciativa irá eliminar a tramitação de papel entre unidades, além de otimizar o tempo de atendimento dos serviços prestados pela SGP ao público interno. Os principais fluxos implantados nesta 1ª fase são: requerimento de designação e pecúnia, entre outros.

Aquisição e disponibilização de livros

Nos últimos dois anos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco ampliou o atendimento às demandas de aquisição de livros em todas as Comarcas TJPE, a partir de alocação de recursos para compra de novos títulos de livros que atendam às necessidades magistrados e servidores em suas atividades funcionais. Além disso, as três Bibliotecas do TJPE também puderam adquirir maior número de livros para seu acervo e atender a um maior número de usuários.

ATIVIDADES	BIBLIOTECA DO TJPE	BIBLIOTECA DO CICA	BIBLIOTECA FÓRUM RODOLFO AURELIANO	TOTAL
Aquisição de livros Jurídicos por compra	1.085	1.135	876	3.096
Consulta de usuários ao acervo bibliográfico	25.027	5.216	1.525	31.768
Frequência de usuários	15.229	2.411	8.210	25.850
Empréstimo de livros	21.167	5.975	13.163	40.305

Recuperação do acervo

Com o objetivo de garantir a preservação das informações e instruir o processo de gestão documental, foi realizada a organização do acervo judicial nas Comarcas de Pesqueira, São José do Egito, Jurema, Araripina, Quipapá, Ribeirão e Olinda, totalizando 73.640 processos judiciais nos arquivos intermediários das unidades judiciárias.

ANTES



DEPOIS



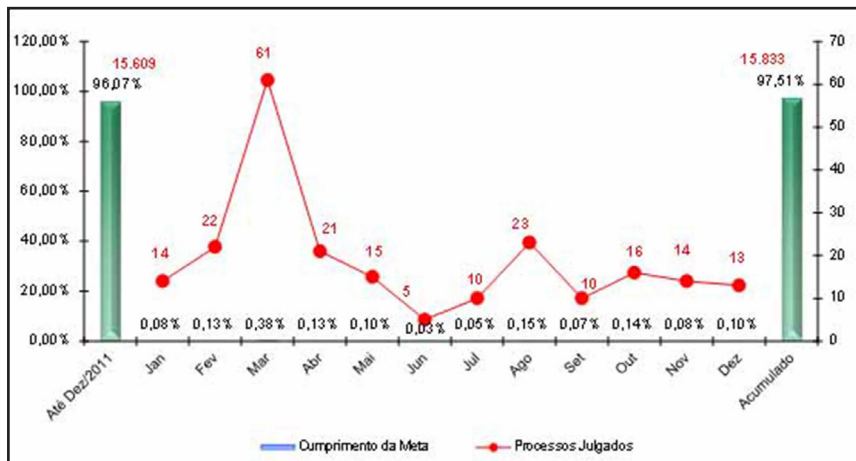
METAS NACIONAIS 2012 e 2013

Metas Nacionais 2012

O Tribunal de Justiça de Pernambuco reuniu esforços para cumprir as Metas Nacionais do Poder Judiciário para o exercício 2012 definidas no V Encontro Nacional do Judiciário, dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores para a melhoria na prestação jurisdicional.

O TJPE obteve um bom desempenho ficando em 9º lugar dentre os Tribunais Estaduais. Das cinco metas nacionais estabelecidas para o ano de 2012, quatro foram cumpridas.

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 90% dos processos de conhecimento distribuídos em 2007 nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual.



110

INSTÂNCIA	ÍNDICES DE CUMPRIMENTO DA META				SALDO RESIDUAL GERAL
	Não Criminal	Criminal	Júri	Geral	
2º Grau	96,66%	99,77%	-	97,51%	405

Meta 3 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitado o segredo de justiça.

Meta 4 - Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação (Recomendação 38/2011).

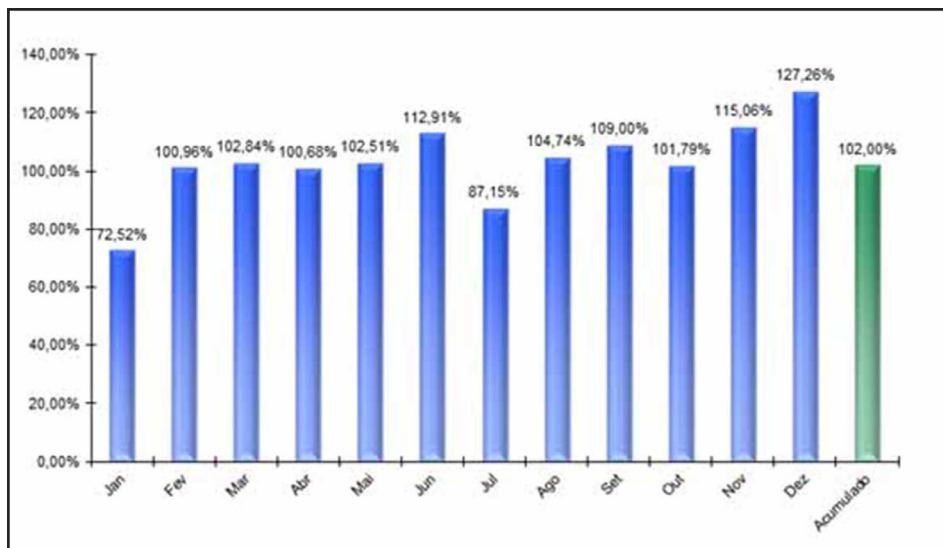
Meta 5 - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

METAS NACIONAIS 2013

Com o mesmo compromisso assumido em 2012, o TJPE mobilizou todos os que compõem o judiciário estadual, em mais um período de muito trabalho em prol de uma justiça célere e eficaz. Obtivemos como resultado o cumprimento de quatro das cinco metas estipuladas para o exercício de 2013.

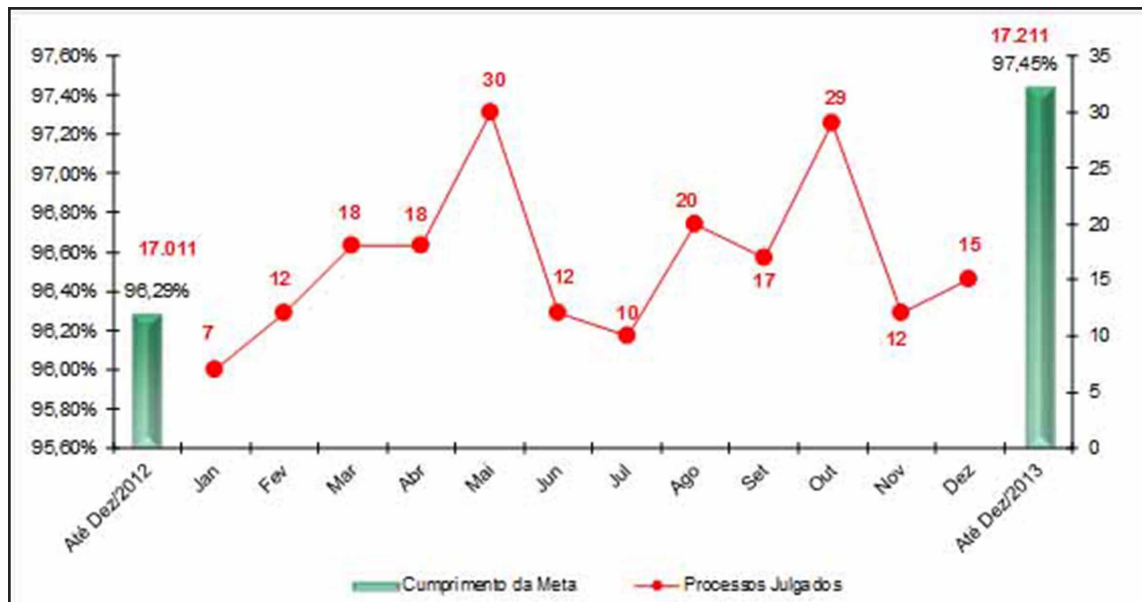
Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

INSTÂNCIA	TOTAL			
	Distribuídos	Cancelados	Julgados	% Cumprimento
2º Grau	36.504	802	33.707	94,41%
1º Grau Comum	231.451	19.157	221.415	104,30%
Turmas Recursais	4.993	-	4.609	92,31%
Juizados Especiais	116.882	-	117.540	100,56%
TJPE	389.830	19.959	377.271	102,00%



Meta 2 - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 90% dos processos de conhecimento distribuídos em 2008 nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual.

INSTÂNCIA	ÍNDICES DE CUMPRIMENTO DA META		
	Não Criminal	Criminal	Geral
2º Grau	96,66%	99,77%	97,51%



Meta 16 - Fortalecer a estrutura do controle interno.

Meta 17 - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

Recomendações à Gestão Estratégica - 2013

As Recomendações à Gestão Estratégica para o ano de 2013 foram escolhidas pelos Presidentes de todos os Tribunais do País ou por seus representantes, durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em novembro de 2012.

As bases para definição dessas recomendações foram extraídas do Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, realizado por meio de questionário dirigido a todos os Tribunais.

As Recomendações à Gestão Estratégica foram:

1. Engajar todos, alta administração e colaboradores, com a estratégia;
2. Elaborar e implantar plano de comunicação da estratégia;
3. Elaborar planos de aquisição integrados à estra-

tégia;

4. Garantir a estrutura mínima das unidades de planejamento e gestão estratégica para atendimento às demandas existentes.

Houve, durante todo o ano de 2013, um grande empenho do Tribunal de Justiça de Pernambuco para atender a todas as recomendações, com o índice de 87,5% de cumprimento.

Destacamos a implantação do Comitê Estratégico de Planejamento, como um marco no comprometimento da Alta Administração com a estratégia, bem como a implantação do Plano de Comunicação da Estratégia, que divulga e multiplica informações de gestão do TJPE.

Considerações finais

Os últimos dois anos foram muito importantes para a consolidação do processo de gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Neste período, muitos instrumentos foram criados e implantados para melhorar o desempenho do TJPE e os resultados não tardaram a aparecer.

Já no primeiro ano da gestão, o TJPE obteve um recorde em sua execução orçamentária, atingindo o índice inédito de 96%, o qual foi superado mais uma vez no exercício de 2013, com o total de 97% de execução do orçamento. Tamanho desempenho despertou a curiosidade e o interesse de várias instituições do país, o que transformou o TJPE em referência no tema.

Ainda no ano de 2012, foi implementado um novo instrumento de gestão, denominado Programa de Ação Imediata, que teve como objetivo a solução estruturada de proble-

mas de curto prazo que limitavam o desempenho da organização. Com a criação desse instrumento, foi disponibilizado ao Presidente um conjunto de ações para resolver as dificuldades do TJPE e, nas reuniões de acompanhamento e avaliação, cobrar o desempenho e o alcance dos resultados esperados.

Em consequência deste processo de mudança, foi desenvolvido o Programa Operacional. Com esta ferramenta, as secretarias ligadas à Diretoria Geral puderam planejar atividades de forma compatível com os recursos existentes e com foco na Missão e na Visão de longo prazo, contemplando ainda as iniciativas estratégicas programadas no período.

Além disso, as Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs), implementadas em 2013, se mostraram fundamentais para conhecimento e

proposições de soluções que superem os desafios mais que ora se apresentavam, como a inconformidade da Base de Dados e o cumprimento das Metas e Recomendações Nacionais do Poder Judiciário Nacional.

O reconhecimento de todas essas iniciativas não se limitou apenas aos resultados obtidos durante a gestão, mas também junto ao Conselho Nacional de Justiça, que conferiu ao TJPE o 7º lugar, entre os tribunais estaduais, em nível de maturidade na formulação, implementação, comunicação e monitoramento da estratégia nacional para modernização da Justiça.

Os avanços da gestão também se relacionaram com a melhoria e a ampliação do atendimento aos usuários. No período de 2012-2014 foram instaladas 48 novas unidades, entre Varas Judiciais, Juizados Especiais, Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, no 1º Grau, Gabinetes e Câmara

de Direito Público, no 2º grau. Ainda, foram construídos, reformados ou ampliados mais de 20 prédios, que já contam com equipamentos e sinalização para deficientes físicos.

A preocupação com o atendimento não se restringiu somente ao espaço físico. Durante a gestão, o quadro de Juízes foi ampliado, com a contratação de 34 novos magistrados que iniciaram o atendimento aos jurisdicionados ainda em 2012. Foram empossados 2.100 novos servidores, o que permitiu o preenchimento de 98% dos cargos previstos na Instrução Normativa nº 06/2012, elevando em 1.019 o número de servidores.

Também foram capacitados mais de 7.000 servidores em Cursos Presenciais e Cursos à Distância, utilizando-se os recursos da internet como meio de facilitação do aprendizado e de redução os custos.

Um novo Portal Corporativo foi

criado e lançado na rede mundial de computadores, com visual mais leve e intuitivo. Além disso, foi aprimorado o Portal da Transparência, onde é possível que qualquer cidadão acompanhe o uso dos recursos públicos na prestação dos serviços jurisdicionais.

O resultado final de todas essas ações resultou em um Tribunal de Justiça mais próximo e acessível aos cidadãos, mais célere e efetivo na prestação jurisdicional e com um modelo de gestão que contribuiu para construção de uma sociedade mais justa.

Realização

Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE
Coordenadoria de Gestão Estratégica e Planejamento - Coplan

Coordenação Geral

Franck Bezerra Bernardo Vieira

Coordenação de Criação e Arte

Luciano Pereira Costa

Revisão dos textos

Rebeka de Queiroga Maciel

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Oliveira Paiva
Sílvia Gabriela Rangel Silveira

Fotos

Assis Lima
Agência Rodrigo Moreira

Impressão

Gráfica Flamar



TJPE
Tribunal de Justiça
de Pernambuco

www.tjpe.jus.br



TJPE
Tribunal de Justiça
de Pernambuco